

LIGHT Serviços de Eletricidade S.A.



ITR

- ✓ **Demonstrações Financeiras Referentes ao 3º Trimestre de 2014**
- ✓ **Parecer dos Auditores Independentes**

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30.09.2014	31.12.2013
Caixa e equivalentes de caixa	3	175,562	375,198
Títulos e valores mobiliários	4	792,329	1,229,034
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	5	1,056,148	1,064,205
Tributos e contribuições	6	92,017	94,239
Imposto de Renda e Contribuição Social	6	39,751	45,715
Estoques		35,592	27,073
Rendas a receber swap	31	25,976	31,150
Serviços prestados a receber		27,788	48,257
Despesas pagas antecipadamente		14,406	15,260
Outros créditos	9	477,046	247,266
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		2,736,615	3,177,397
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	5	152,498	157,798
Tributos e Contribuições	6	94,347	87,263
Tributos diferidos	7	621,915	615,756
Ativo financeiro de concessões	8	2,214,935	1,926,226
Rendas a receber swap	31	114,492	88,251
Depósitos vinculados a litígios	18	245,983	261,773
Outros créditos	9	9,175	62,316
Investimentos	10	19,464	19,584
Imobilizado	11	239,686	240,205
Intangível	12	3,982,827	3,959,677
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		7,695,322	7,418,849
TOTAL DO ATIVO		10,431,937	10,596,246

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	30.09.2014	31.12.2013
Fornecedores	13	918,996	862,337
Tributos e contribuições	14	67,913	93,836
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	407	470
Empréstimos e financiamentos	15	472,902	573,234
Debêntures	16	508,406	30,678
Rendas a pagar swap	31	6,413	-
Dividendos e JCP a pagar	23	186,005	-
Obrigações estimadas		63,419	58,855
Encargos regulatórios	17	65,723	61,456
Benefícios pós-emprego	20	164	1,209,901
Outros débitos	21	177,192	168,227
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		2,467,540	3,058,994
Empréstimos e financiamentos	15	1,852,036	1,582,891
Debêntures	16	3,135,347	2,724,395
Rendas a pagar swap	31	538	-
Tributos e contribuições	14	187,332	187,640
Provisões	18	507,598	541,854
Outros débitos	21	64,014	64,010
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5,746,865	5,100,790
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	23	2,082,365	2,082,365
Reservas de capital		7,277	7,277
Reservas de lucro		219,319	219,319
Dividendos adicionais propostos		-	201,005
Outros resultados abrangentes		(73,504)	(73,504)
Prejuízos acumulados		(17,925)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2,217,532	2,436,462
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10,431,937	10,596,246

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013
 (Em milhares de reais)

Notas	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014	01.07.2013 a 30.09.2013 Reapresentado	01.01.2013 a 30.09.2013 Reapresentado	
RECEITA LÍQUIDA	25	1,616,617	5,179,630	1,513,154	4,829,949
CUSTO DA OPERAÇÃO	27	(1,410,352)	(4,441,990)	(841,200)	(3,569,952)
LUCRO BRUTO		206,265	737,640	671,954	1,259,997
DESPESAS OPERACIONAIS	27	(160,535)	(476,397)	(149,090)	(498,967)
Despesas gerais e administrativas		(100,181)	(287,417)	(83,295)	(288,080)
Despesas com vendas		(56,935)	(172,284)	(63,891)	(196,047)
Outras receitas		-	-	2,286	3,305
Outras despesas		(3,419)	(16,696)	(4,190)	(18,145)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		45,730	261,243	522,864	761,030
RESULTADO FINANCEIRO	29	(135,384)	(289,491)	(100,652)	(295,323)
Receita		102,270	201,718	76,601	207,926
Despesa		(237,654)	(491,209)	(177,253)	(503,249)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSL		(89,654)	(28,248)	422,212	465,707
Imposto de renda e contribuição social corrente	30	8,396	4,164	2,168	(11,310)
Imposto de renda e contribuição social diferido	30	22,089	6,159	(153,888)	(152,982)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(59,169)	(17,925)	270,492	301,415
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	24	(0.00029)	(0.00009)	0.00133	0.00148

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013
 (Em milhares de reais)

	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014	01.07.2013 a 30.09.2013	01.01.2013 a 30.09.2013
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(59,169)	(17,925)	270,492	301,415
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes				
Ganhos (perdas) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(59,169)	(17,925)	270,492	301,415

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013
 (Em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS							TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2,082,365	7,277	118,492	100,827	201,005	(73,504)	-	2,436,462
Resultado abrangente total:								
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	(17,925)	(17,925)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos deliberados pela AGO (R\$ 0,0099 / ação)	-	-	-	-	(201,005)	-	-	(201,005)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014	2,082,365	7,277	118,492	100,827	-	(73,504)	(17,925)	2,217,532

	RESERVAS DE LUCROS							TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2,082,365	7,277	99,172	-	-	(165,607)	165,607	2,188,814
Resultado abrangente total:								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	301,415	301,415
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013	2,082,365	7,277	99,172	-	-	(165,607)	467,022	2,490,229

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

	01.01.2014 a 30.09.2014	01.01.2013 a 30.09.2013 Reapresentad o
Caixa Líquido gerado das (aplicado nas) Atividades Operacionais	234,957	590,057
Caixa Gerado nas Operações	757,207	1,226,057
Lucro (Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	(28,248)	465,707
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	91,211	114,563
Depreciação e amortização	263,007	250,495
Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível / Imobilizado	3,044	7,076
Perdas (ganhos) cambiais e monetárias de atividades financeiras	49,197	64,636
Provisões para contingências, depósitos judiciais e atualizações	40,937	55,806
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	(3,069)	4,996
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	348,047	237,018
Remuneração de Ativo Financeiro da Concessão	(32,004)	(27,703)
Variação swap	21,722	(36,652)
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	3,363	90,115
Variações nos Ativos e Passivos	(522,250)	(636,000)
Titulos e valores mobiliários	1,338	(8,868)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(74,785)	242,266
Tributos, contribuições e impostos	1,102	(2,866)
Estoques	(8,519)	(661)
Serviços prestados a receber	20,469	(3,793)
Despesas pagas antecipadamente	854	(11,711)
Depósitos vinculados a litígios	4,867	(46,662)
Subvenção CDE	(168,954)	(303,416)
Outros	(7,685)	(21,859)
Fornecedores	49,774	(203,711)
Obrigações estimadas	4,564	12,134
Tributos, contribuições e impostos	(17,847)	1,583
Encargos regulatórios	4,267	(49,582)
Provisões	(64,270)	(58,265)
Benefícios pós-emprego	(3,199)	(3,149)
Outros passivos	(26,869)	(4,201)
Juros pagos	(233,074)	(159,898)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4,283)	(13,341)
Caixa Líquido gerado das (aplicado nas) Atividades de Investimento	(79,448)	(468,600)
Aplicações/aquisições no investimento	-	133
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(16,294)	(10,876)
Aquisições de bens do ativo intangível	(498,521)	(465,823)
Resgate de aplicações financeiras	1,209,901	7,966
Aplicação financeira	(774,534)	-
Caixa Líquido gerado pelas (aplicado nas) Atividades de Financiamento	(355,145)	1,443,351
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(15,000)	(12,877)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1,160,607	2,417,285
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(290,851)	(877,096)
Amortização de dívida contratual com plano de pensão	(1,209,901)	(83,961)
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(199,636)	1,564,808
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	375,198	101,254
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	175,562	1,666,062

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A
 DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
 PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013
 (Em milhares de reais)

	01.01.2014 a 30.09.2014	01.01.2013 a 30.09.2013 Reapresentado
Receitas	7,807,499	7,076,767
Vendas mercadorias, produtos e serviços	7,264,325	6,736,089
Receitas referente a construção de ativos próprios	634,385	455,241
Provisão/rev. créditos de liquidação duvidosa	(91,211)	(114,563)
Insumos adquiridos de terceiros	(4,218,392)	(3,389,247)
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(3,294,972)	(2,613,080)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(923,420)	(776,167)
Valor adicionado bruto	3,589,107	3,687,520
Retenções	(263,007)	(250,495)
Depreciação e amortização	(263,007)	(250,495)
Valor adicionado líquido produzido	3,326,100	3,437,025
Valor adicionado recebido em transferência	201,718	207,926
Receitas financeiras	201,718	207,926
Valor adicionado total a distribuir	3,527,818	3,644,951
Distribuição do valor adicionado	3,527,818	3,644,951
Pessoal	228,461	205,775
Remuneração direta	169,787	149,577
Benefícios	38,350	36,144
FGTS	16,910	15,755
Outros	3,414	4,299
Impostos, taxas e contribuições	2,753,912	2,581,200
Federais	1,002,825	956,933
Estaduais	1,745,681	1,618,668
Municipais	5,406	5,599
Remuneração de capitais de terceiros	563,370	556,561
Juros	514,690	516,384
Aluguéis	48,680	40,177
Remuneração de capitais próprios	(17,925)	301,415
Lucros (Prejuízos) retidos	(17,925)	301,415

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS, PARA O TRIMESTRE FINDO EM
30 DE SETEMBRO DE 2014**

INDÍCE

1.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	3
2.	APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	3
3.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10
4.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	10
5.	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES	11
6.	TRIBUTOS A RECUPERAR.....	12
7.	TRIBUTOS DIFERIDOS.....	13
8.	ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES	13
9.	OUTROS CRÉDITOS	14
10.	INVESTIMENTOS	15
11.	IMOBILIZADO	16
12.	INTANGÍVEL.....	17
13.	FORNECEDORES.....	19
14.	TRIBUTOS A PAGAR	20
15.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	21
16.	DEBÊNTURES.....	25
17.	ENCARGOS REGULATÓRIOS	26
18.	PROVISÕES	27
19.	CONTINGÊNCIAS	31
20.	BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	37
21.	OUTROS DÉBITOS.....	38
22.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	38
23.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41
24.	RESULTADO POR AÇÃO	42
25.	RECEITA LÍQUIDA	43
26.	FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	44
27.	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	45
28.	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	45
29.	RESULTADO FINANCEIRO	46
30.	CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO.....	46
31.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	47
32.	SEGUROS	59
33.	TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	60
34.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	61

Em milhares de Reais – R\$ exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light Serviços de Eletricidade S.A. (Companhia ou “Light SESA”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. A Companhia tem como objeto social a distribuição de energia elétrica, cuja concessão foi efetivada em julho de 1996 e o vencimento será em julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,2 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas (dados não revisados pelos auditores independentes). A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense, CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e do PROINFA.

Em 05 de setembro de 2005, em atendimento à Lei nº 10.848/04, foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através da Resolução Autorizativa nº 307/05, o projeto de reorganização societária em que a Light S.A. passou a ser a controladora da Companhia.

2. APROVAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A autorização para conclusão das informações financeiras intermediárias foi dada pela Administração da Companhia em 11 de novembro de 2014.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, *International Accounting Standards* (IAS) nº 34, correspondente à norma contábil brasileira CPC 21 (R1) que trata das informações financeiras intermediárias, e as práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Estas informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o BR GAAP e IFRS referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, publicadas em 20 de março de 2014. As práticas contábeis adotadas para estas informações financeiras

intermediárias são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, a Administração decidiu por apresentar os créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada como redutores da conta de despesa com energia comprada, ao invés de apresentá-los como redução do PIS e COFINS incidentes sobre as receitas, para alinhar este critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor. Esta reclassificação foi realizada na demonstração do resultado do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e na demonstração do valor adicionado do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 para fins de comparabilidade, não impactando o lucro líquido desses períodos.

Adicionalmente, a Administração reavaliou o critério de apresentação da amortização da dívida contratual com o plano de pensão na demonstração dos fluxos de caixa, proporcionando apenas uma reclassificação relativa ao período de 2013 para fins de comparabilidade.

i. Demonstração do Resultado, trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013.

	01.07.2013 a 30.09.2013 Apresentado	Reclassificações ⁽¹⁾	01.07.2013 a 30.09.2013 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	1.571.352	(58.198)	1.513.154
CUSTO DA OPERAÇÃO	(899.398)	58.198	(841.200)
Energia comprada para revenda	(610.073)	58.198	(551.875)
Pessoal	(41.557)	-	(41.557)
Materiais	(3.277)	-	(3.277)
Serviços de terceiros	(42.335)	-	(42.335)
Depreciações e amortizações	(75.971)	-	(75.971)
Custo de construção	(122.392)	-	(122.392)
Outras	(3.793)	-	(3.793)
LUCRO BRUTO	671.954	-	671.954
DESPESAS OPERACIONAIS	(149.090)	-	(149.090)
Despesas gerais e administrativas	(83.295)	-	(83.295)
Despesas com vendas	(63.891)	-	(63.891)
Outras receitas	2.286	-	2.286
Outras despesas	(4.190)	-	(4.190)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	522.864	-	522.864
RESULTADO FINANCEIRO	(100.652)	-	(100.652)
Receita	76.601	-	76.601
Despesa	(177.253)	-	(177.253)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	422.212	-	422.212
Imposto de renda e contribuição social corrente	2.168	-	2.168
Imposto de renda e contribuição social diferido	(153.888)	-	(153.888)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	270.492	-	270.492

⁽¹⁾ Reclassificação de créditos de PIS / COFINS na compra de energia.

	01.01.2013 a 30.09.2013 Apresentado	Reclassificações ⁽¹⁾	01.01.2013 a 30.09.2013 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	5.076.044	(246.095)	4.829.949
CUSTO DA OPERAÇÃO	(3.816.047)	246.095	(3.569.952)
Energia comprada para revenda	(2.859.175)	246.095	(2.613.080)
Pessoal	(129.127)	-	(129.127)
Materiais	(9.518)	-	(9.518)
Serviços de terceiros	(128.209)	-	(128.209)
Depreciações e amortizações	(221.187)	-	(221.187)
Custo de construção	(455.241)	-	(455.241)
Outras	(13.590)	-	(13.590)
LUCRO BRUTO	1.259.997	-	1.259.997
DESPESAS OPERACIONAIS	(498.967)	-	(498.967)
Despesas gerais e administrativas	(288.080)	-	(288.080)
Despesas com vendas	(196.047)	-	(196.047)
Outras receitas	3.305	-	3.305
Outras despesas	(18.145)	-	(18.145)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	761.030	-	761.030
RESULTADO FINANCEIRO	(295.323)	-	(295.323)
Receita	207.926	-	207.926
Despesa	(503.249)	-	(503.249)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	465.707	-	465.707
Imposto de renda e contribuição social corrente	(11.310)	-	(11.310)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(152.982)	-	(152.982)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	301.415	-	301.415

⁽¹⁾ Reclassificação de créditos de PIS / COFINS na compra de energia.

ii. Demonstração do Valor Adicionado, período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013.

	01.01.2013 a 30.09.2013 Apresentado	Reclassificações ⁽¹⁾	01.01.2013 a 30.09.2013 Reapresentado
Receitas	7.076.767	-	7.076.767
Vendas mercadorias, produtos e serviços	6.736.089	-	6.736.089
Receitas referente a construção de ativos próprios	455.241	-	455.241
Provisão/rev. créditos de liquidação duvidosa	(114.563)	-	(114.563)
Insumos adquiridos de terceiros	(3.635.342)	246.095	(3.389.247)
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(2.859.175)	246.095	(2.613.080)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(776.167)	-	(776.167)
Valor adicionado bruto	3.441.425	246.095	3.687.520
Retenções	(250.495)	-	(250.495)
Depreciação e amortização	(250.495)	-	(250.495)
Valor adicionado líquido produzido	3.190.930	246.095	3.437.025
Valor adicionado recebido em transferência	207.926	-	207.926
Receitas financeiras	207.926	-	207.926
Valor adicionado total a distribuir	3.398.856	246.095	3.644.951
Distribuição do valor adicionado	3.398.856	246.095	3.644.951
Pessoal	205.775	-	205.775
Remuneração direta	149.577	-	149.577
Benefícios	36.144	-	36.144
FGTS	15.755	-	15.755
Outros	4.299	-	4.299
Impostos, taxas e contribuições	2.335.105	246.095	2.581.200
Federais	710.838	246.095	956.933
Estaduais	1.618.668	-	1.618.668
Municipais	5.599	-	5.599
Remuneração de capitais de terceiros	556.561	-	556.561
Juros	516.384	-	516.384
Aluguéis	40.177	-	40.177
Remuneração de capitais próprios	301.415	-	301.415
Lucro (Prejuízo) retidos	301.415	-	301.415

⁽¹⁾ Reclassificação de créditos de PIS / COFINS na compra de energia.

iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa, período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013.

	01.01.2013 a 30.09.2013 Apresentado	Reclassificações ⁽²⁾	01.01.2013 a 30.09.2013 Reapresentado
Caixa Líquido gerado das (aplicado nas) Atividades Operacionais	506.096	83.961	590.057
Caixa gerado (aplicado) nas operações	1.226.057	-	1.226.057
Lucro (Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	465.707	-	465.707
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	114.563	-	114.563
Depreciação e amortização	250.495	-	250.495
Perda (ganho) na venda ou baixa de intangível / Imobilizado	7.076	-	7.076
Perdas (ganhos) cambiais e monetárias de atividades financeiras	64.636	-	64.636
Provisões para contingências, depósitos judiciais e atualizações	55.806	-	55.806
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	4.996	-	4.996
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	237.018	-	237.018
Remuneração de Ativo Financeiro da Concessão	(27.703)	-	(27.703)
Variação swap	(36.652)	-	(36.652)
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	90.115	-	90.115
Variações nos Ativos e Passivos	(719.961)	83.961	(636.000)
Títulos e valores mobiliários	(8.868)	-	(8.868)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	242.266	-	242.266
Tributos, contribuições e impostos	(2.866)	-	(2.866)
Estoques	(661)	-	(661)
Serviços prestados a receber	(3.793)	-	(3.793)
Despesas pagas antecipadamente	(11.711)	-	(11.711)
Depósitos vinculados a litígios	(46.662)	-	(46.662)
Subvenção CDE	(303.416)	-	(303.416)
Outros	(21.859)	-	(21.859)
Fornecedores	(203.711)	-	(203.711)
Obrigações estimadas	12.134	-	12.134
Tributos, contribuições e impostos	1.583	-	1.583
Encargos regulatórios	(49.582)	-	(49.582)
Provisões	(58.265)	-	(58.265)
Benefícios pós-emprego	(87.110)	83.961	(3.149)
Outros passivos	(4.201)	-	(4.201)
Juros pagos	(159.898)	-	(159.898)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.341)	-	(13.341)
Caixa Líquido gerado das (aplicado nas) Atividades de Investimento	(468.600)	-	(468.600)
Aplicações/aquisições no investimento	133	-	133
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(10.876)	-	(10.876)
Aquisições de bens do ativo intangível	(465.823)	-	(465.823)
Resgate de aplicações financeiras	7.966	-	7.966
Caixa Líquido gerado pelas (aplicado nas) Atividades de Financiamento	1.527.312	(83.961)	1.443.351
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(12.877)	-	(12.877)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.417.285	-	2.417.285
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(877.096)	-	(877.096)
Amortização de dívida contratual com plano de pensão	-	(83.961)	(83.961)
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.564.808	-	1.564.808
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	101.254	-	101.254
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.666.062	-	1.666.062

⁽²⁾ Reclassificação da amortização da dívida contratual com plano de pensão.

a) Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2014

IFRIC 21 - Taxações - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

IAS 36 – *Impairment* de ativos (CPC 01) – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

IAS 39 – *Impairment* de ativos – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “*hedge accounting*” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve:

- obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos.
- comprometer-se com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois.
- mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A Companhia analisou as alterações nas informações financeiras intermediárias, e não foi identificado nenhum impacto relevante.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.09.2014	31.12.2013
Numerário disponível	4.198	30.771
Aplicações Financeiras de liquidez imediata		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	171.364	344.427
TOTAL	175.562	375.198

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como característica alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações é de 101,7% do CDI em 30 de setembro de 2014 (101,3% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 31.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Estes papéis são representados por Certificado de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado, no montante de R\$792.329 em 30 de setembro de 2014 (R\$1.229.034 em 31 de dezembro de 2013). São representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia, (ii) recursos destinados ao pré-pagamento de dívidas, (iii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica, e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 102,5% do CDI em 30 de setembro de 2014 (101,3% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSONÁRIAS E CLIENTES

	30.09.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecimento faturado	1.132.905	-	1.132.905	1.097.252	-	1.097.252
Fornecimento não faturado	282.063	-	282.063	317.007	-	317.007
Parcelamento de débitos	91.871	152.498	244.369	97.208	157.798	255.006
Comercialização no âmbito da CCEE	46.736	-	46.736	-	-	-
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	13.769	-	13.769	14.299	-	14.299
	1.567.344	152.498	1.719.842	1.525.766	157.798	1.683.564
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(511.196)	-	(511.196)	(461.561)	-	(461.561)
TOTAL	1.056.148	152.498	1.208.646	1.064.205	157.798	1.222.003

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

No período de nove meses de 2014 foram realizadas baixas de clientes incobráveis no montante de R\$41.576 (R\$386.779 no período de nove meses de 2013). As baixas foram realizadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do período.

Os saldos de parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação relevante de renegociação de dívida dos consumidores (parcelamento de débitos), com base na taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, sendo em média 1% a.m.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

FORNECIMENTO FATURADO E PARCELAMENTO	Saldos a vencer	Saldos vencidos		TOTAL		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30.09.2014	31.12.2013	30.09.2014	31.12.2013
Residencial	227.513	105.153	138.564	471.230	434.624	(133.358)	(104.983)
Industrial	19.127	6.987	118.905	145.019	156.760	(70.029)	(68.146)
Comercial	139.760	37.005	270.365	447.130	489.569	(248.904)	(230.922)
Rural	1.038	313	451	1.802	1.888	(389)	(519)
Poder Público	69.543	34.846	105.737	210.126	208.579	(47.259)	(45.031)
Iluminação Pública	13.598	5.256	19.464	38.318	31.273	(6.235)	(7.057)
Serviço Público	15.069	28.773	19.807	63.649	29.565	(5.022)	(4.903)
TOTAL	485.648	218.333	673.293	1.377.274	1.352.258	(511.196)	(461.561)

Seguem abaixo as movimentações da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD nos períodos:

SALDO EM 31.12.2013	(461.561)
(Adições) / Reversões	(91.211)
Baixas	41.576
SALDO EM 30.09.2014	(511.196)
SALDO EM 31.12.2012	(721.905)
(Adições) / Reversões	(114.563)
Baixas	386.779
SALDO EM 30.09.2013	(449.689)

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa 31.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	30.09.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	92.017	94.347	186.364	94.239	87.263	181.502
ICMS a compensar	72.289	94.347	166.636	64.153	87.263	151.416
PIS e COFINS a compensar	2.877	-	2.877	13.597	-	13.597
Outros	16.851	-	16.851	16.489	-	16.489
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	39.751	-	39.751	45.715	-	45.715
Créditos fiscais	24.011	-	24.011	19.612	-	19.612
Antecipações	15.740	-	15.740	26.103	-	26.103
TOTAL	131.768	94.347	226.115	139.954	87.263	227.217

7. TRIBUTOS DIFERIDOS

	30.09.2014			31.12.2013		
	Ativo IR e CSLL	Passivo IR e CSLL	Líquido IR e CSLL	Ativo IR e CSLL	Passivo IR e CSLL	Líquido IR e CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	165.723	-	165.723	151.745	-	151.745
Provisão para participação nos lucros e resultados	8.091	-	8.091	11.296	-	11.296
Provisões para riscos trabalhistas	51.711	-	51.711	53.599	-	53.599
Provisões para riscos fiscais	63.778	-	63.778	72.548	-	72.548
Provisões para riscos cíveis	53.217	-	53.217	56.486	-	56.486
Ativos e passivos regulatórios não reconhecidos pelo IFRS	185.325	-	185.325	127.106	-	127.106
Complemento plano de pensão - CVM 695/12	-	-	-	37.866	-	37.866
Outros	13.125	-	13.125	10.812	-	10.812
Prejuízos Fiscais	241.588	-	241.588	236.601	-	236.601
Base Negativa	89.999	-	89.999	88.203	-	88.203
Remuneração do Ativo Financeiro	-	(205.417)	(205.417)	-	(194.536)	(194.536)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(45.225)	(45.225)	-	(35.970)	(35.970)
ATIVO/(PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO BRUTO	872.557	(250.642)	621.915	846.262	(230.506)	615.756
Apresentação pelo líquido	(250.642)	250.642	-	(230.506)	230.506	-
ATIVO/(PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO LÍQUIDO	621.915	-	621.915	615.756	-	615.756

8. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÕES

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da Companhia.

A movimentação dos saldos, líquidos de obrigações especiais, referentes ao ativo indenizável (Concessão), nos períodos, está assim apresentada:

SALDO EM 31.12.2013	1.926.226
Adições ^(a)	257.809
Atualização a Valor Novo de Reposição (VNR) ^(b)	32.004
Baixas	(1.104)
SALDO EM 30.09.2014	2.214.935
SALDO EM 31.12.2012	1.573.349
Adições ^(a)	159.971
Atualização a Valor Novo de Reposição (VNR) ^(b)	27.703
Baixas	(1.396)
SALDO EM 30.09.2013	1.759.627

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 (vide nota explicativa 12).

^(b) IGPM sobre o Ativo Financeiro indenizável homologado no último processo de revisão tarifária.

9. OUTROS CRÉDITOS

	30.09.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a fornecedores e empregados	56.549	-	56.549	21.449	-	21.449
Assunção de dívida - Light Energia	101.236	6.389	107.625	42.545	59.530	102.075
Valores a receber - Light Energia	11.703	-	11.703	11.334	-	11.334
Contas a receber de alienação de imóveis	-	-	-	12.073	-	12.073
Contribuição iluminação pública	31.620	-	31.620	58.424	-	58.424
Dispêndios a reembolsar	22.819	-	22.819	34.025	-	34.025
Subvenção baixa renda	7.269	-	7.269	6.278	-	6.278
Subvenção CDE ^(a)	202.634	-	202.634	33.680	-	33.680
Bens e direitos destinados a alienação	-	2.147	2.147	-	2.147	2.147
Outros ^(b)	43.216	639	43.855	27.458	639	28.097
TOTAL	477.046	9.175	486.221	247.266	62.316	309.582

^(a) Inclui subvenção decorrente dos Decretos nº 7.945/13 e 8.221/14, conforme descrito abaixo.

^(b) Referente a outros créditos de naturezas diversas.

Em função das condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final do ano de 2012, entre elas os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas esteve direcionado para o patamar máximo e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência, aliada à rescisão de contratos do 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela Aneel, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo no final do exercício de 2012 e início de 2013. Em função deste cenário e pelo fato das concessionárias de distribuição não terem influência sobre esses custos, o governo federal brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945/13, que determina o repasse de recursos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético com a intenção de neutralizar parte destes efeitos para as distribuidoras nesse período.

Em 2014, o problema se ampliou em função do aumento da exposição involuntária das distribuidoras devido aos contratos que venceram em dezembro de 2013, o que fez com que novas medidas fossem necessárias, adicionais à Lei nº 12.783/13.

Para a cobertura do déficit do mês de janeiro de 2014, o governo editou o Decreto nº 8.203/14, de 07 de março de 2014, ampliando a destinação de recursos da CDE para neutralizar a exposição contratual involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, decorrente da compra frustrada no Leilão de Energia Existente A-1 de dezembro de 2013.

Com o intuito de sanar o déficit tarifário das concessionárias de distribuição para os demais meses do ano (de fevereiro a dezembro de 2014), o governo editou, no dia 02 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/14, que determina a criação da Conta no Ambiente de Contratação Regulado CONTA-ACR, a ser administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para a qual serão destinados recursos a serem captados pela CCEE

junto a instituições financeiras para cobrir, total ou parcialmente, o déficit tarifário incorrido pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas aos Contratos por Disponibilidade.

Para regulamentar o referido Decreto, a Aneel instaurou Audiência Pública (AP) nº007/14, que divulgou, na data de 16 de abril de 2014, o resultado final da AP, por meio da Nota Técnica 135/2014-SRE/Aneel e homologação da Resolução Normativa nº 612, de 16 de abril de 2014. De acordo com os documentos disponibilizados, os recursos decorrentes do empréstimo da CCEE são repassados para as distribuidoras nas suas respectivas contas vinculadas à liquidação no mercado de curto prazo. Em momento futuro, os recursos aportados serão pagos pelos consumidores cativos a partir dos reajustes tarifários de 2015, incorporados à CDE, cujo valor unitário será uniforme para todos os consumidores cativos do país.

O montante total reconhecido como consequência destas regulamentações foi de R\$1.547.852 no período de nove meses de 2014 (R\$764.647 no período de nove meses de 2013), restando receber deste valor apenas R\$170.779 referente a setembro de 2014. Os efeitos destes itens foram registrados como redução de custo com energia elétrica na rubrica Energia elétrica comprada para revenda, em contrapartida a outros créditos, no resultado do exercício, na rubrica Subvenção CDE, de acordo com o CPC 07 / IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais.

10. INVESTIMENTOS

	30.09.2014	31.12.2013
Avaliado por custo	6.862	6.862
Bens de renda	11.321	11.441
Outros	1.281	1.281
TOTAL	19.464	19.584

11. IMOBILIZADO

	30.09.2014			31.12.2013	
	Taxa Média Anual	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	10,27	31.049	(28.688)	2.361	3.773
Administração	7,96	353.676	(187.217)	166.459	132.517
Comercialização	7,96	11.778	(8.820)	2.958	3.210
EM SERVIÇO		396.503	(224.725)	171.778	139.500
Administração		67.908	-	67.908	100.705
EM CURSO		67.908	-	67.908	100.705
TOTAL DO IMOBILIZADO		464.411	(224.725)	239.686	240.205

Segue abaixo a mutação do imobilizado:

	Saldos em 31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	Saldos em 30.09.2014
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Terrenos	3.840	-	-	-	3.840
Edificações, obras civis e benfeitorias	50.868	-	-	18.403	69.271
Máquinas e equipamentos	154.143	-	(7)	31.098	185.234
Veículos	8.056	-	(837)	210	7.429
Móveis e utensílios	128.941	-	-	1.788	130.729
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	345.848	-	(844)	51.499	396.503
(-) Depreciação					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(24.048)	(1.549)	-	-	(25.597)
Máquinas e equipamentos	(65.811)	(13.043)	7	-	(78.847)
Veículos	(6.009)	(310)	412	-	(5.907)
Móveis e utensílios	(110.480)	(3.894)	-	-	(114.374)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - DEPRECIÇÃO	(206.348)	(18.796)	419	-	(224.725)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Edificações, obras civis e benfeitorias	39.104	3.717	-	(23.517)	19.304
Máquinas e equipamentos	58.486	14.705	-	(27.479)	45.712
Veículos	162	48	-	(210)	-
Móveis e utensílios	2.953	232	-	(293)	2.892
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	100.705	18.702	-	(51.499)	67.908
TOTAL DO IMOBILIZADO	240.205	(94)	(425)	-	239.686

	Saldos em 31.12.2012	Adições	Transferências para Serviço	Saldos em 30.09.2013
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO				
Terrenos	3.840	-	-	3.840
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.834	-	1.089	47.923
Máquinas e equipamentos	162.564	-	22.229	184.793
Veículos	7.685	-	-	7.685
Móveis e utensílios	130.928	-	336	131.264
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	351.851	-	23.654	375.505
(-) Depreciação				
Edificações, obras civis e benfeitorias	(26.058)	(1.060)	-	(27.118)
Máquinas e equipamentos	(82.992)	(10.046)	-	(93.038)
Veículos	(5.898)	(258)	-	(6.156)
Móveis e utensílios	(109.159)	(2.882)	-	(112.041)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - DEPRECIÇÃO	(224.107)	(14.246)	-	(238.353)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Edificações, obras civis e benfeitorias	37.530	6.381	(913)	42.998
Máquinas e equipamentos	61.286	4.044	(22.232)	43.098
Veículos	756	101	(139)	718
Móveis e utensílios	3.934	350	(370)	3.914
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	103.506	10.876	(23.654)	90.728
TOTAL DO IMOBILIZADO	231.250	(3.370)	-	227.880

No período de nove meses de 2014, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$2.408, cuja taxa média de capitalização foi de 7,0% ao ano.

12. INTANGÍVEL

	30.09.2014			31.12.2013
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso da concessão	6.772.694	(3.674.505)	3.098.189	2.997.131
Outros ^(a)	580.951	(469.075)	111.876	109.788
EM SERVIÇO	7.353.645	(4.143.580)	3.210.065	3.106.919
Direito de uso da concessão	707.310	-	707.310	794.538
Outros ^(a)	65.452	-	65.452	58.220
EM CURSO	772.762	-	772.762	852.758
TOTAL DO INTANGÍVEL	8.126.407	(4.143.580)	3.982.827	3.959.677

^(a) Inclui basicamente softwares e servidão de passagem

O Intangível está líquido de obrigações especiais, que representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não

condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O saldo das obrigações especiais em 30 de setembro de 2014 totalizava R\$362.230 (R\$226.356 em 31 de dezembro de 2013).

Os investimentos na rede de distribuição são inicialmente registrados no intangível em curso, durante o período de construção. Quando finalizados e em conformidade com o ICPC 01, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrado no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão, e a outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebido como indenização ao final da concessão.

O intangível em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 30 de setembro de 2014 totalizava R\$194.531 (R\$128.157 em 31 de dezembro de 2013) e provisão para desvalorização de estoque de R\$3.942 (R\$3.942 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus demais ativos intangíveis.

No período de nove meses de 2014, foi incorporado ao ativo intangível, a título de capitalização de juros, o montante de R\$21.159 (R\$16.049 no período de nove meses de 2013), cuja taxa média de capitalização foi de 7,0% ao ano.

A infraestrutura, utilizada pela Companhia, é vinculada ao serviço de distribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador, sendo que, se ocorrer, deve atender à Resolução Aneel nº 20/99.

Segue abaixo a mutação do intangível:

	Saldos em 31.12.2013	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Saldos em 30.09.2014
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	6.487.256	-	(34.555)	319.993	6.772.694
Outros	551.491	-	(403)	29.863	580.951
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - CUSTO	7.038.747	-	(34.958)	349.856	7.353.645
Direito de uso da concessão	(3.490.125)	(216.321)	31.941	-	(3.674.505)
Outros	(441.703)	(27.770)	398	-	(469.075)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - AMORTIZAÇÃO	(3.931.828)	(244.091)	32.339	-	(4.143.580)
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	794.538	500.077	-	(587.305)	707.310
Outros	58.220	27.592	-	(20.360)	65.452
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	852.758	527.669	-	(607.665)	772.762
TOTAL	3.959.677	283.578	(2.619)	(257.809)	3.982.827

^(a) Transferência para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01.

	Saldos em 31.12.2012	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Saldos em 30.09.2013
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	6.654.788	-	(58.600)	256.777	6.852.965
Outros	523.634	-	-	42.784	566.418
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - CUSTO	7.178.422	-	(58.600)	299.561	7.419.383
Direito de uso da concessão	(3.699.954)	(211.122)	51.524	-	(3.859.552)
Outros	(427.826)	(25.899)	-	-	(453.725)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO - AMORTIZAÇÃO	(4.127.780)	(237.021)	51.524	-	(4.313.277)
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	601.235	446.133	-	(419.153)	628.215
Outros	59.561	20.877	-	(40.379)	40.059
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	660.796	467.010	-	(459.532)	668.274
TOTAL	3.711.438	229.989	(7.076)	(159.971)	3.774.380

^(a) Transferência para o Ativo Financeiro da Concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01.

A Aneel é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente, sendo utilizada para efeitos contábeis e regulatórios, e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

13. FORNECEDORES

CIRCULANTE	30.09.2014	31.12.2013
Comercialização no mercado de curto prazo ⁽¹⁾	114.151	221.091
Encargos de uso da rede elétrica	40.610	25.586
Encargos do serviço do sistema	2.215	2.215
Energia livre – ressarcimento a geradoras	67.485	62.541
Leilões de energia ⁽¹⁾	268.608	182.374
Itaipu binacional	143.879	114.837
UTE Norte Fluminense	140.138	95.473
Materiais e serviços	141.910	158.220
TOTAL	918.996	862.337

⁽¹⁾ Inclui exposição involuntária da distribuidora em função das condições hidroenergéticas desfavoráveis, vide nota explicativa 9.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a fornecedores é divulgada na nota explicativa 31.

14. TRIBUTOS A PAGAR

	30.09.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	67.913	187.332	255.245	93.836	187.640	281.476
ICMS	18.263	-	18.263	21.926	-	21.926
Parcelamento - Lei 11.941/09	19.590	187.332	206.922	22.708	187.640	210.348
PIS e COFINS	20.916	-	20.916	39.872	-	39.872
INSS	3.768	-	3.768	3.347	-	3.347
Outros	5.376	-	5.376	5.983	-	5.983
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	407	-	407	470	-	470
IR retido na fonte	407	-	407	470	-	470
TOTAL	68.320	187.332	255.652	94.306	187.640	281.946

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015, mas a referida Lei permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia analisou os possíveis efeitos da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não resulta em ajustes relevantes nas informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2014, assim como nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013. A Companhia optou pela não adoção antecipada da referida lei em 2014.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Circulante			Não Circulante	Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	30.09.2014	31.12.2013
TN - Par Bond	-	2.711	2.711	95.391	98.102	92.351
TN - Caução - Par Bond	-	-	-	(73.750)	(73.750)	(65.884)
TN - Discount Bond	-	431	431	66.561	66.992	63.823
TN - Caução - Discount Bond	-	-	-	(51.653)	(51.653)	(46.194)
TN - C. Bond	-	-	-	-	-	3.941
Merril Lynch	50.246	361	50.607	66.177	116.784	117.468
BNP	108.232	1.926	110.158	-	110.158	114.593
Citibank	-	888	888	490.200	491.088	234.710
Bank Tokyo - Mitsubishi	-	166	166	147.060	147.226	140.715
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL	158.478	6.483	164.961	739.986	904.947	655.523
Eletrobrás	1.393	-	1.393	5.064	6.457	6.642
CCB Bradesco	75.000	32.565	107.565	225.000	332.565	306.493
BNDES - FINEM 1	11.938	110	12.048	47.754	59.802	68.770
BNDES - FINEM 2	56.902	478	57.380	90.095	147.475	250.492
BNDES - Capex 11/12	119.591	1.610	121.201	418.083	539.284	629.053
Capital de Giro - Santander	-	-	-	-	-	82.742
Banco do Brasil	-	1.883	1.883	150.000	151.883	155.348
BNDES Olimpíadas 1	3.310	86	3.396	23.168	26.564	-
BNDES Olimpíadas 2	-	3	3	2.531	2.534	-
BNDES Olimpíadas 3	1.324	60	1.384	9.267	10.651	-
FINEP - Inovação e Pesquisa	-	231	231	141.088	141.319	-
RGR	-	246	246	-	246	246
Fianças bancárias diversas	-	1.211	1.211	-	1.211	816
MOEDA NACIONAL - TOTAL	269.458	38.483	307.941	1.112.050	1.419.991	1.500.602
TOTAL	427.936	44.966	472.902	1.852.036	2.324.938	2.156.125

Abaixo segue quadro com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2014:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa Efetiva	Amortização do Principal		
					Início	Forma de pagamento	Término
TN - Par Bond	29.04.1996	US\$	83,29% CDI	8,60%	2024	Única	2024
TN - Caução - Par Bond	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	0,00%	2024	Única	2024
TN - Discount Bond	29.04.1996	US\$	82,65% CDI	8,54%	2024	Única	2024
TN - Caução- Discount Bond	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	0,00%	2024	Única	2024
TN - C. Bond	29.04.1996	US\$	8,0%	8,00%	2004	Semestral	2014
Merrill Lynch	07.11.2011	US\$	CDI + 0,65%	11,76%	2014	Semestral	2016
BNP	17.10.2011	EURO	CDI + 1,3%	11,76%	2014	Única	2014
Citibank 1	23.08.2012	US\$	CDI + 1,0%	11,43%	2017	Semestral	2018
Citibank 2	21.02.2014	US\$	CDI + 1,15%	11,76%	2018	Única	2018
Bank Tokyo - Mitsubishi	11.03.2013	US\$	CDI + 0,90%	11,32%	2016	Única	2016
Eletrobrás	Diversas	R\$	5,0%	5,00%	1988	Mensal e Trimestral	2019
CCB Bradesco	18.10.2007	R\$	CDI + 0,85%	11,27%	2012	Anual	2017
BNDES FINEM 1	30.11.2009	R\$	4,50%	4,50%	2011	Mensal	2019
BNDES FINEM 2	05.11.2007	URTJLP	TJLP + 3,08%	8,08%	2009	Mensal	2017
BNDES - Capex 11/12	06.12.2011	URTJLP	TJLP + 2,44%	7,44%	2013	Mensal	2019
Capital de Giro - Santander	03.09.2010	R\$	CDI + 1,4%	11,22%	2014	Única	2014
Banco do Brasil	25.02.2013	R\$	109,3% do CDI	10,74%	2017	Única	2017
BNDES Olimpíadas 1	16.12.2013	URTJLP	TJLP + 3,08%	8,08%	2015	Mensal	2020
BNDES Olimpíadas 2	16.12.2013	R\$	TJLP + 6,39%	3,50%	2016	Mensal	2023
BNDES Olimpíadas 3	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	13,28%	2015	Mensal	2020
FINEP - Inovação e Pesquisa	16.04.2014	R\$	4,0%	4,00%	2016	Mensal	2022

Em 21 de fevereiro de 2014, a Companhia contratou dívida em dólar junto ao Citibank, já com *swap* para CDI, no montante de R\$235.750.

Em 28 de abril de 2014 houve recebimento de R\$28.364, e em 13 de agosto de 2014 o valor recebido foi de R\$11.234 referente ao contrato de financiamento BNDES Olimpíadas.

Em 16 de maio de 2014 houve recebimento de R\$141.088 referentes à 1ª parcela do contrato de financiamento entre a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e a Companhia.

Em 03 de setembro de 2014, houve encerramento do contrato de empréstimo CCB Santander da Companhia com pagamento de R\$89.361, sendo R\$80.000 de principal e R\$9.361 de juros.

Além das cauções destacadas no quadro acima, os empréstimos estão garantidos por avais da Light S.A., e recebíveis da Companhia no montante aproximado de R\$67.819 (R\$94.388 em 31 de dezembro de 2013).

Em 11 de setembro 2014, foi contratado financiamento pela Companhia, no valor de R\$580.056, junto ao BNDES, a um custo médio estimado de 8,37% a.a., para implantação do financiamento de investimentos dos anos de 2013 e 2014, dando como garantia uma fiança da Light S.A e a cessão fiduciária de 2,30% da Receita Operacional Líquida (ROL) da Companhia, nos quais os recursos poderão ser liberados até 31 de março de 2015

mediante comprovação financeira. Até 30 de setembro de 2014, nenhum montante tinha sido ainda liberado referente a este contrato.

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos, no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 30 de setembro de 2014:

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2015	124.000	22.059	146.059
2016	286.778	191.178	477.956
2017	406.442	163.400	569.842
2018	162.361	326.800	489.161
2019	69.217	-	69.217
após 2019	63.252	36.549	99.801
TOTAL	1.112.050	739.986	1.852.036

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos nos períodos:

	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2013	2.134.345	21.780	2.156.125
Empréstimos e Financiamentos obtidos	416.437	-	416.437
Variação monetária e cambial	19.643	-	19.643
Encargos financeiros provisionados	-	118.406	118.406
Encargos Financeiros pagos	-	(99.949)	(99.949)
Amortização de financiamentos	(290.833)	-	(290.833)
Amortização custo captação	188	-	188
Encargos financeiros capitalizados ao Principal	192	(192)	-
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	4.921	4.921
SALDO EM 30.09.2014	2.279.972	44.966	2.324.938

	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2012	2.024.030	15.224	2.039.254
Empréstimos e Financiamentos obtidos	825.262	-	825.262
Varição monetária e cambial	64.636	-	64.636
Encargos financeiros provisionados	-	115.465	115.465
Encargos Financeiros pagos	-	(103.550)	(103.550)
Amortização de financiamentos	(673.675)	-	(673.675)
Amortização custo captação	187	-	187
Encargos financeiros capitalizados ao Principal	173	(173)	-
Encargos capitalizados ao Intangível	-	16.049	16.049
SALDO EM 30.09.2013	2.240.613	43.015	2.283.628

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos, conforme previsto na deliberação CVM nº 649/10, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa 31.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). A cédula de crédito bancário do Bradesco, os empréstimos com o Merrill Lynch, BNP, Citibank, Bank Tokyo - Mitsubishi e com o BNDES, classificados no circulante e no não circulante, preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros (*covenants*). No terceiro trimestre de 2014, a Companhia atendeu todos os indicadores requeridos contratualmente, exceto para o contrato com o BNP. No entanto, o vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento ao indicador em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. Importante mencionar que esta dívida foi quitada em 21 de outubro de 2014, conforme mencionado na nota explicativa 34.

16. DEBÊNTURES

	Circulante			Não Circulante			Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	30.09.2014	31.12.2013
Debêntures 4ª Emissão	13	-	13	-	-	-	13	27
Debêntures 7ª Emissão	324.276	32.510	356.786	324.573	-	324.573	681.359	659.916
Debêntures 8ª Emissão	39.141	18.041	57.182	430.500	-	430.500	487.682	473.157
Debêntures 9ª Emissão - Série A	-	44.882	44.882	995.818	-	995.818	1.040.700	1.007.750
Debêntures 9ª Emissão - Série B	-	13.953	13.953	610.362	29.554	639.916	653.869	614.223
Debêntures 10ª Emissão	-	35.590	35.590	744.540	-	744.540	780.130	-
MOEDA NACIONAL - TOTAL	363.430	144.976	508.406	3.105.793	29.554	3.135.347	3.643.753	2.755.073

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures em 30 de setembro de 2014:

Financiador	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do Principal		
					Início	Forma de pagamento	Término
Debêntures 4ª Emissão	30.06.2005	URTJLP	TJLP + 4%	9,00%	2009	Mensal	2015
Debêntures 7ª Emissão	02.05.2011	R\$	CDI + 1,35%	11,82%	2015	Anual	2016
Debêntures 8ª Emissão	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	11,63%	2015	Anual	2026
Debêntures 9ª Emissão Série A	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	11,60%	2018	Semestral	2021
Debêntures 9ª Emissão Série B	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	12,63%	2020	Semestral	2023
Debêntures 10ª Emissão	30.04.2014	R\$	115% CDI	11,88%	2018	Anual	2020

Em 13 de maio de 2014, foi encerrada a distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 476, a 10ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em uma única série, no montante total de R\$750.000.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto na deliberação CVM nº 649/10, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

As parcelas relativas ao principal das debêntures classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 30 de setembro de 2014:

	30.09.2014
2016	363.666
2017	39.167
2018	533.096
2019	537.824
após 2019	1.632.040
TOTAL	3.105.793

Seguem abaixo as movimentações das debêntures ocorridas nos períodos:

	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2013	2.724.414	30.659	2.755.073
Debêntures emitidas	750.000	-	750.000
Encargos financeiros provisionados	-	227.822	227.822
Encargos financeiros pagos	-	(133.125)	(133.125)
Variação monetária	-	29.554	29.554
Amortização de debêntures	(18)	-	(18)
Custo de captação	(5.830)	-	(5.830)
Amortização custo de captação	1.631	-	1.631
Transferência para Encargos	(974)	974	-
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	18.646	18.646
SALDO EM 30.09.2014	3.469.223	174.530	3.643.753

	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2012	1.319.804	13.839	1.333.643
Debêntures emitidas	1.600.000	-	1.600.000
Encargos financeiros provisionados	-	118.739	118.739
Encargos financeiros pagos	-	(56.348)	(56.348)
Amortização de debêntures	(203.421)	-	(203.421)
Custo de captação	(7.977)	-	(7.977)
Amortização custo de captação	2.627	-	2.627
SALDO EM 30.09.2013	2.711.033	76.230	2.787.263

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa 31.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). As 7ª, 8ª, 9ª e 10ª emissões de debêntures da Companhia preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No terceiro trimestre de 2014, a Companhia atendeu todos os indicadores requeridos contratualmente, exceto para a 7ª emissão da Companhia. No entanto, o vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento ao indicador em dois trimestres consecutivos ou quatro intercalados. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 34.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

CIRCULANTE	30.09.2014	31.12.2013
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	10.168	5.909
Encargos de capacidade e aquisição emergencial	55.555	55.547
TOTAL	65.723	61.456

18. PROVISÕES

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para riscos e as provisões para honorários de êxito:

TOTAL PROVISÕES	30.09.2014			31.12.2013		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	126.094	-	126.094	131.647	-	131.647
Cíveis	134.668	21.854	156.522	145.189	20.946	166.135
Fiscais	183.528	26.523	210.051	201.774	21.941	223.715
Outras	14.931	-	14.931	20.357	-	20.357
TOTAL	459.221	48.377	507.598	498.967	42.887	541.854

Provisões para riscos:

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os períodos, estão compostas da seguinte forma:

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
SALDO EM 31.12.2013	131.647	145.189	201.774	20.357	498.967
Adições	10.860	40.117	-	5.330	56.307
Atualizações	-	12.520	2.154	1.044	15.718
Transferências	-	(7.589)	18.536	(10.947)	-
Baixas por pagamentos	(2.656)	(54.818)	(5.943)	(853)	(64.270)
Baixas por reversões	(13.757)	(751)	(32.993)	-	(47.501)
SALDO EM 30.09.2014	126.094	134.668	183.528	14.931	459.221
Depósitos Judiciais em 30.09.2014	23.381	2.578	10.291	-	36.250

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
SALDO EM 31.12.2012	177.497	169.441	188.573	23.179	558.690
Adições	4.061	36.571	1.321	1.097	43.050
Atualizações	-	9.597	18.012	3.774	31.383
Baixas por pagamentos	(3.964)	(46.898)	-	(7.050)	(57.912)
Baixas por reversões	(16.520)	(4.187)	-	(1.104)	(21.811)
SALDO EM 30.09.2013	161.074	164.524	207.906	19.896	553.400

a) Em 30 de setembro de 2014, está registrado em Depósitos vinculados a litígios o total de R\$245.983 (R\$261.773 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$36.250 (R\$91.101 em 31 de dezembro de 2013) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

	30.09.2014	31.12.2013
Trabalhistas	70.544	72.721
Cíveis	86.721	86.314
Fiscais	88.718	102.738
Total	245.983	261.773

Provisões Trabalhistas:

	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	30.09.2014	31.12.2013
Funcionários próprios	95.835	100.607
Funcionários terceirizados	30.259	31.040
TOTAL	126.094	131.647

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicional de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários e acidente de trabalho – responsabilidade civil.

Provisões Cíveis:

	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	30.09.2014	31.12.2013
Ações Cíveis ^(a)	91.031	114.322
Juizado Especial Cível ^(b)	17.464	17.107
Plano Cruzado	26.173	13.760
TOTAL	134.668	145.189

- a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia é ré, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.
- b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos seis principais motivos ofensores para a Companhia – que representam 72,4% das entradas de processos – um bloco com todos os motivos relacionados a acidentes; bem como um bloco para os demais motivos. Para os seis principais ofensores e o bloco de Demais Motivos é utilizada uma média ajustada – considerando 95% da amostra, ou seja, desconsiderando os 2,5% dos valores mais altos e mais baixos – do valor de condenação nos últimos 12 meses. No caso do bloco de acidentes é considerada a média do valor de condenação nos últimos 12 meses.
- c) São ações movidas contra a Companhia relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da Companhia no período em que houve o congelamento dos preços.

Provisões Fiscais:

	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	30.09.2014	31.12.2013
INSS – auto de infração ^(b)	13.183	45.761
INSS – trimestralidade	535	9.367
ICMS ^(a)	132.939	129.782
Outros	36.871	16.864
TOTAL	183.528	201.774

a) A provisão constituída refere-se, principalmente, à discussão judicial sobre a aplicabilidade da Lei Estadual nº 3.188/99, que restringiu a apropriação dos créditos de ICMS incidentes nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, exigindo que o creditamento fosse diferido em parcelas, enquanto que tal restrição não era prevista na Lei Complementar nº 87/96.

b) A Companhia efetuou, em junho de 2014, a reversão da provisão do valor de R\$32.993, em razão da reavaliação do prognóstico de perda do processo por seus assessores jurídicos considerando a jurisprudência atual, que passou de provável para possível. O processo refere-se a uma Execução Fiscal em que se discute contribuição previdenciária supostamente incidente sobre o pagamento de PLR de forma parcelada, e atualmente encontra-se aguardando julgamento dos Embargos à Execução.

Outras Provisões:

Neste tópico a Companhia ressalta as contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a Aneel:

- Auto de Infração Aneel nº 071/2011 - SFE - O Auto de Infração foi lavrado em 30 de novembro de 2011, sob o argumento de eventuais falhas no cumprimento do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, mais especificamente no que se refere ao processo de coleta de dados e de apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, bem como a realização das compensações financeiras devidas aos consumidores cujos indicadores de continuidade individuais restaram transgredidos. A Aneel aplicou a penalidade no valor expressivo de R\$17.719. A Companhia apresentou recurso em 06 de fevereiro de 2012, tendo em vista a excessividade da penalidade aplicada, questionando entre os fatos, a ausência de razoabilidade e proporcionalidade da dosimetria aplicada no cálculo da multa. Tendo em vista a penalidade aplicada e a chance de êxito parcial do recurso interposto, a Companhia provisionou R\$6.840 (R\$6.339 em 31 de dezembro de 2013), mediante parecer de seus assessores jurídicos, e aguarda decisão da Aneel.

Em 07 de outubro de 2014 Aneel deu provimento parcial ao recurso da Companhia, sendo a multa reduzida para R\$6.535. A Companhia efetuou a quitação integral da multa em 17 de outubro de 2014.

- Auto de Infração nº 0004/2014 - SFE. O Auto de Infração foi recebido pela Companhia em 15 de janeiro de 2014, sob a alegação de não conformidades detectadas no cumprimento de aspectos da prestação do serviço e resultados do plano de manutenção do sistema subterrâneo de 2012, além de aspectos do próprio sistema subterrâneo. A multa é de R\$2.171. O recurso foi encaminhado pela Companhia em 24 de janeiro de 2014. A Companhia provisionou R\$2.323 e aguarda decisão da Aneel.

Provisões de honorários de êxito:

A Administração reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de perda dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis e remotas. Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos períodos:

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 31.12.2013	20.946	21.941	42.887
Causas de perdas possíveis	2.714	4.539	7.253
Causas de perdas remotas	(1.806)	43	(1.763)
SALDO EM 30.09.2014	21.854	26.523	48.377

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 31.12.2012	14.418	8.459	22.877
Causas de perdas possíveis	41	106	147
SALDO EM 30.09.2013	14.459	8.565	23.024

19. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Natureza	30.09.2014		31.12.2013	
	Saldo	Quantidade de Processos	Saldo	Quantidade de Processos
Cíveis	309.943	14.579	335.817	13.979
Trabalhistas	267.757	941	270.985	1.012
Fiscais	4.279.400	512	3.604.200	437
Total	4.857.100	16.032	4.211.002	15.428

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

a) Cíveis

- Irregularidades – A Companhia possui diversas ações cíveis onde se discutem irregularidades, decorrentes de perdas comerciais ocorridas em razão de alteração de medidores, furto de equipamentos, ligações irregulares e ligações clandestinas, o que, cotidianamente, se conhece como “gato”. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$35.248 (R\$38.856 em 31 de dezembro de 2013).
- Valores cobrados e faturas – Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discutem os valores cobrados pela Companhia para a prestação do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. O montante atualmente quantificável para estas ações é de R\$77.208 (R\$48.399 em 31 de dezembro de 2013).
- Acidentes - A Companhia figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$29.154 (R\$30.391 em 31 de dezembro de 2013).
- Interrupção e suspensão – Existem em trâmite diversas ações discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja em razão de inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores da suspensão. O montante atualmente quantificável referente às ações é na ordem de R\$15.747 (R\$16.076 em 31 de dezembro de 2013).
- Equipamentos e redes – A Companhia possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos utilizados pela concessionária para aferir o consumo de

energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. O montante atualmente quantificável referente às ações é de R\$7.885 (R\$7.210 em 31 de dezembro de 2013).

- Em relação às discussões cíveis, ressaltamos a ação proposta no primeiro trimestre de 2012 pela Companhia Siderúrgica Nacional - CSN contra a Companhia, onde a CSN pleiteia, aproximadamente, R\$100.000 a título de indenização em razão de interrupções ocorridas na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Destaca-se que, do valor total requerido, R\$88.700 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Companhia, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório da ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Assim, a exposição do risco para a Companhia é de R\$35.531 (R\$35.531 em 31 de dezembro de 2013).
- A Companhia celebrou acordo com um reclamante em determinado processo relacionado a IPTU, em que o advogado da contraparte está pleiteando o pagamento de honorários de sucumbência. A Companhia entende que estes honorários não são devidos. O montante atualmente quantificável é de R\$11.100 (R\$13.153 em 31 de dezembro de 2013).

b) Fiscais

- ICMS Perdas Comerciais (Autos de Infração nº 03326780-8, 04011949-7, 03.326.784-0, 04.028.752-6, 03.380329-7 e 03.380330-5). Lavrados para cobrar ICMS, Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF) e multa (períodos de jan/99 a dez/2003 e jan/06 a dez/13) supostamente incidentes sobre valores relativos às perdas de energia elétrica em operações anteriores à sua distribuição, realizadas entre geradoras e a distribuidora. A Companhia apresentou impugnações em face destas autuações. Dois autos aguardam julgamento em 1ª instância administrativa e em outros dois houve decisões desfavoráveis em 1ª instância administrativa, razão pela qual a Companhia apresentou os respectivos recursos voluntários. Em setembro de 2014, a Companhia recebeu mais duas autuações, para as quais foram apresentadas as respectivas impugnações. O montante atualmente quantificável destes autos é de R\$2.017.300 (R\$1.392.200 em 31 de dezembro de 2013).
- IRRF sobre Dividendos (Processos 16682.721195/2011-02 e 16682.720657/2012-47) - Autos de Infração, lavrados contra a Companhia, para a cobrança de Imposto

de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre valores pagos pela Companhia, em 2007 e 2008, a título de dividendos, ao argumento de que os mesmos decorreriam de lucro inexistente, originado da regular contabilização do ativo fiscal diferido no resultado, caracterizando-se, assim, como pagamentos sem causa sujeitos à incidência da exação. Diante da regularidade dos procedimentos contábeis, societários e fiscais adotados, foi dado provimento ao Recurso da Light SESA relacionado ao primeiro auto de infração. No momento aguarda-se decurso de prazo para interposição de Recurso em face desta decisão por parte da Fazenda. Com relação ao segundo auto, Interposto Recurso Voluntário, ao qual foi dado provimento para cancelar a autuação. Como não houve recurso por parte da Fazenda em face desta decisão, o processo foi encerrado favoravelmente à Companhia, de forma a se cancelar a autuação. O montante atualmente quantificável com relação ao primeiro auto é de R\$382.200 (R\$375.300 em 31 de dezembro de 2013) e com relação ao auto que foi cancelado, o risco atual é de R\$0 (R\$235.400 em 31 de dezembro de 2013).

- LIR/LOI - IRPJ/CSLL – (Processos 16682.720216/2010-83, 15374-001.757/2008-13, 16682.721091/2011-90 e 16682.720203/2014-38) - A Companhia possuía Mandado de Segurança em que se discutia, especialmente, a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros, e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial (conceito mais amplo que inclui variações cambiais e previsto na IN 213/02). Para se valer dos benefícios do programa do REFIS, a Companhia desistiu integralmente do mandado de segurança que, em razão deste fato, transitou em julgado com decisão desfavorável à Companhia. Diante disto, alterou-se o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial, em consonância com o que fora decidido no Mandado de Segurança. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Companhia quanto aos exercícios de 2004 a 2008 passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para 2004, foi ajuizada Execução Fiscal a qual aguarda julgamento dos Embargos à Execução. Para 2005 foi dado provimento ao recurso voluntário da Companhia para cancelar a autuação. Aguarda-se julgamento do Recurso Especial da União. Já para 2006 a 2008, aguarda-se julgamento dos Recursos Voluntários pelo CARF. Em abril de 2014, a Companhia foi autuada com relação ao ano de 2009, tendo apresentado impugnação. O prognóstico de perda é considerado possível pelos assessores jurídicos e o montante atualmente quantificável é de R\$551.700 (R\$443.100 em 31 de dezembro de 2013).
- IN 86 - 2003 a 2005 (Processo 10707000751/2007-15) - Auto de infração lavrado para cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Julgado improcedente o Recurso Voluntário da Companhia, tendo sido interposto Recurso Especial, o qual

também foi julgado improcedente. Opostos embargos de declaração que aguardam julgamento. O montante atualmente quantificável, é de R\$323.900 (R\$309.500 em 31 de dezembro de 2013).

- Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos (TFOP) – A controlada Light SESA possui diversos processos discutindo TFOP, lançada pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa. A Companhia apresentou exceção de pré-executividade nesses processos e no Supremo Tribunal Federal – STF obteve liminar determinando a suspensão das cobranças até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 640286. Foi proferida decisão pelo STF dando provimento ao Recurso Extraordinário da LIGHT. O Município interpôs recurso em face desta decisão, o qual aguarda julgamento. O montante atualmente quantificado dos processos é de R\$256.497 (R\$256.497 em 31 de dezembro de 2013).
- ICMS Rheem (Processo E-04/892.090/99) - Trata-se de auto de infração para cobrar ICMS, em razão da utilização pela Companhia de créditos acumulados de ICMS da Rheem Embalagens Ltda. para aquisição de insumos e matérias primas dentro do Estado do Rio de Janeiro. Impugnação julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário ao qual foi negado provimento. Interposto Recurso ao Pleno pela Companhia, ao qual foi também negado provimento. Opostos embargos de declaração que aguardam julgamento. O montante atualmente quantificável é de R\$145.900 (R\$145.900 em 31 de dezembro de 2013).
- ICMS Baixa Renda (Processos E-34/059.150/2004, E-04/054.753/2011, E-04/036.121/2014 e E - 04/036.122/2014) - Autos de Infração lavrados para cobrança de ICMS incidente sobre os valores da subvenção econômica relativa aos consumidores de energia da subclasse baixa-renda oriundos do Fundo de Reserva Global de Reversão. No primeiro caso foi julgada improcedente a impugnação apresentada pela Companhia. Interposto recurso ao Conselho de Contribuintes, ao qual foi dado parcial provimento para afastar a tributação da faixa de consumo até 50 kWh (isenta de imposto). No segundo caso, a Light SESA apresentou impugnação, a qual foi julgada improcedente. Interposto recurso ao Conselho de Contribuintes, foi proferida decisão dando provimento ao recurso da Light SESA para cancelar a autuação. A Fazenda interpôs Recurso ao Pleno em face desta decisão. Em setembro de 2014 a Companhia recebeu mais duas autuações sobre o assunto, tendo sido apresentadas as respectivas impugnações. O montante atualmente quantificável, no primeiro caso, é de R\$99.100 (R\$95.300 em 31 de dezembro de 2013), no segundo caso, é de R\$37.000 (R\$35.000 em 31 de dezembro de 2013) e no terceiro e quarto caso é de R\$ 15.600 (R\$0 em 31 de dezembro de 2013).
- Despachos Decisórios (71 processos) proferidos pela Receita Federal para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela Companhia, para

a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA apresentou Manifestações de Inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios, as quais aguardam julgamento. O montante atualmente quantificável é de R\$249.300 (R\$143.900 em 31 de dezembro de 2013).

c) Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial e reflexos, horas extras e reflexos, acidente de trabalho, diferença de adicional de periculosidade e dano moral.

Destacamos abaixo cada um destes pedidos:

- Equiparação salarial e reflexos – com este pedido os reclamantes pretendem receber diferenças salariais alegando que exercem ou exerceram atividades idênticas a outro empregado ou ex-empregado, com a mesma produtividade e perfeição técnica, e que, no entanto, recebiam salários diferentes. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$17.661 (R\$18.611 em 31 de dezembro de 2013).
- Horas extras e reflexos – pretendem os reclamantes o pagamento de horas extras alegando que teriam realizado suas atividades em jornada extraordinária, e que essas horas não teriam sido pagas e nem compensadas. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$59.692 (R\$59.545 em 31 de dezembro de 2013).
- Acidente de trabalho_- Acidentes de trabalho de empregados/ex-empregados ou prestadores de serviço alegando responsabilidade da Light, pretendendo indenizações e pensões vitalícias. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$18.882 (R\$15.626 em 31 de dezembro de 2013).
- Diferença de adicional de periculosidade – a Companhia, no passado, praticou o pagamento do referido adicional de 30% do salário base até abril de 2012, conforme disposto em Acordo Coletivo 2011/2012. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$56.210 (R\$56.818 em 31 de dezembro de 2013).
- Dano moral – pedido feito com diferentes fundamentações: perseguição; assédio moral; falta de segurança (atuação em área de risco) e outros. O montante,

atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$35.623 (R\$36.192 em 31 de dezembro de 2013).

A seguir destacamos os processos em andamento, cujo prognóstico de perda é remoto, com valores significativos em discussão, os quais, em caso de decisão desfavorável, podem impactar a Companhia:

a) Fiscais

- PASEP/PIS (Processo 15374002130/2006-18) – Glosa de Compensação efetuada pela Companhia de créditos de PASEP com débitos de PIS. Julgada improcedente a impugnação da Companhia. Interposto Recurso Voluntário. Proferida decisão pelo Conselho determinando a baixa do processo à 1ª instância para apuração do crédito em discussão no processo. O montante atualmente quantificável é de R\$278.700 (R\$272.400 em 31 de dezembro de 2013).
- IRRF Glosa de Compensação LIR/LOI (Processo 10768.002.435/2004-11) - Não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, compensados em função de saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica no ano-base 2002. Julgada improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto. Considerando a decisão favorável obtida, em agosto de 2012, do processo 18471002113/2004-09, que impacta diretamente neste caso, o prognóstico de perda é remoto. O montante atualmente quantificável, é de R\$218.300 (R\$211.800 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia não considera os demais processos individualmente relevantes para divulgação.

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Seguem abaixo as obrigações registradas no Balanço Patrimonial da Companhia com benefícios de plano de pensão:

	30.09.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida contratual com fundo de pensão	-	-	-	1.209.901	-	1.209.901
Outros	164	-	164	-	-	-
TOTAL	164	-	164	1.209.901	-	1.209.901

Em 13 de fevereiro de 2014, a Companhia concluiu a quitação dos Instrumentos Particulares de Distrato dos Contratos para Equacionamento de Déficit Técnico,

Refinanciamento das Reservas a Amortizar com a Braslight, pelo valor total de R\$1.213.264, incluindo a atualização pelo CDI.

As movimentações ocorridas no passivo contratual nos períodos são como segue:

	Circulante	Não Circulante	Total
SALDO EM 31.12.2013	1.209.901	-	1.209.901
Atualizações no resultado do período	3.363	-	3.363
Amortizações no período	(1.213.264)	-	(1.213.264)
SALDO EM 30.09.2014	-	-	-

	Circulante	Não Circulante	Total
SALDO EM 31.12.2012	113.542	930.218	1.043.760
Atualizações no resultado do período	(86.445)	-	(86.445)
Amortizações no período	85.707	4.408	90.115
Transferência para o circulante	3.892	(3.892)	-
SALDO EM 30.09.2013	116.696	930.734	1.047.430

21. OUTROS DÉBITOS

	30.09.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	872	-	872	1.515	-	1.515
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	982	-	982	2.269	-	2.269
Programa de Eficiência Energética – PEE	62.103	-	62.103	65.533	-	65.533
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	28.711	-	28.711	22.123	-	22.123
Taxa de Iluminação Pública	49.198	-	49.198	47.391	-	47.391
Reserva para reversão - RGR	-	59.141	59.141	-	59.141	59.141
Outros ^(a)	35.326	4.873	40.199	29.396	4.869	34.265
TOTAL	177.192	64.014	241.206	168.227	64.010	232.237

^(a) Referente a outros débitos de naturezas diversas.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia faz parte do Grupo Light, que inclui as empresas: Light Energia S.A. (Light Energia), Renova Energia S.A. (Renova Energia), Guanhões Energia S.A. (Guanhões Energia), Lajes Energia S.A. (Lajes Energia), Light Esco Prestação de Serviços S.A. (Light Esco), EBL Companhia de Eficiência Energética S.A. (EBL), Itaocara Energia Ltda. (Itaocara Energia), Lightger S.A. (Lightger), Light Soluções Ltda. (Light Soluções), Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (Instituto Light), Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (Lightcom), Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (Axxiom), Energia Olímpica S.A. (Energia Olímpica), Amazônia Energia Participações S.A. (Amazônia Energia) e a Light S.A tem como Grupo Controlador os principais acionistas indiretos: Companhia Energética de

Minas Gerais – CEMIG, Luce Empreendimentos e Participações S.A. e Rio Minas Energia Participações S.A. (RME) – Sociedade controlada pela Redentor Energia S.A.

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos:

a.1) Ativos e receitas

Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
						30.09.2014	31.12.2013	01.01.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A	70	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	70	171	566	863
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a Light Energia - Está sob controle comum	N/A	1.424	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	1.424	1.473	13.104	1.420
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light SESA com a Lightger - Está sob controle comum	N/A	25	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	25	25	125	192
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Light SESA à Light Energia e plano de pensão em virtude da desverticalização (Lei nº 10.848 de 15.03.04. O valor atual por mês do aluguel é de R\$33 - Está sob controle comum	N/A	11.703	A partir de jan/2006. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	11.703	11.334	297	279
Outros créditos - 17,61% dos empréstimos registrados na Light SESA em contrapartida da alienação de bens e direitos à Light Energia de acordo com o projeto de desverticalização - Está sob controle comum	524.736	107.625	De dez/2005 a jan/2015	Mix de taxas ⁽¹⁾	N/A	107.625	102.075	6.751	8.773
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Light SESA à Light Esco - Está sob controle comum	N/A	24	A partir de out/2007. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	24	25	216	216

⁽¹⁾ O mix de taxas é composto por: 6%a.a., Libor+13/16, U\$ treasury, 8%a.a., Libor+7/8, Cesta BNDES+4%a.a., e Libor+0,065%a.a.

a.2) Fundo de renda fixa - Pampulha

Fundo Pampulha	Período de vigência	Condições contratuais	Ativo correspondente a participação da Light	
			30.09.2014	31.12.2013
Investimento da Light SESA no Fundo Pampulha Fundo Pampulha x Cemig GT (Debêntures)	jan/2014 a dez/2016	CDI + 0,8% a.a.	11.097	-
Investimento da Light SESA no Fundo Pampulha Fundo Pampulha x Guanhões (Debêntures)	abr/2014 a out/2014	106% do CDI	15.822	-
Investimento da Light SESA no Fundo Pampulha Fundo Pampulha x Guanhões (NP)	abr/2014 a out/2014	110% do CDI	19.372	-
Investimento da Light SESA no Fundo Pampulha Fundo Pampulha x Axxion (Debêntures)	abr/2013 a jan/2016	109% do CDI	2.199	-
Investimento da Light SESA no Fundo Pampulha Fundo Pampulha x Cemig GT (Debêntures)	abr/2013 a fev/2017	CDI + 0,7% a.a.	2.119	-
Investimento da Light SESA no Fundo Pampulha Fundo Pampulha x Cemig GT (NP)	jun/2014 a jun/2015	107% do CDI	4.207	-

O rendimento do Fundo Pampulha, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, foi de R\$17.660 (R\$0 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013).

b) Passivos e despesas

Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
						30.09.2014	31.12.2013	01.01.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	614.049	300.672	jan/2006 a dez/2038	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	526	5.337	(8.012)	(34.053)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	37.600	61.742	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	222	282	(1.678)	(1.574)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A	692	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	692	378	(3.362)	(2.423)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a Light Energia- Está sob controle comum	137.951	-	jan/2006 a dez/2015	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	575	-	(3.210)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com a Light Energia- Está sob controle comum	N/A	171	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	171	435	(234)	(2.158)
Fornecedor - Compromisso com encargo de conexão da Light SESA com a Light Energia- Está sob controle comum	N/A	169	A partir de dez/2005. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	169	261	(1.768)	(1.682)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Light SESA com a Axiom - Está sob controle comum	N/A	5.262	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	5.262	5.287	(2.828)	(3.962)
Plano Previdenciário - Compromisso da Light SESA com a Fundação de Seguridade Social - Braslight - Patrocinadora da fundação	525.434	-	A partir de jun/2001. Vencimento indeterminado	IPCA+ 6% a.a	N/A	164	1.209.901	(3.363)	(90.115)

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entres as partes.

ii. Remuneração dos administradores

Política de Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de nove meses de 2014 e 2013.

	Acumulado 9 meses			
	2014		2013	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa (%)	100%	52%	100%	60%
Remuneração Variável (%)	-	48%	-	35%
Outros (%)	-	-	-	5%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia relativa ao período de nove meses de 2014 e 2013:

	Acumulado 9 meses					
	2014			2013		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
NÚMERO DE MEMBROS ^(a)	18,00	8,00	26,00	18,78	8,00	26,78
REMUNERAÇÃO FIXA NO PERÍODO	906	7.117	8.023	892	6.026	6.918
Salário ou Pró-labore	755	3.688	4.443	743	3.536	4.279
Benefícios diretos e indiretos	-	560	560	-	567	567
Outros ^(b)	151	2.869	3.020	149	1.923	2.072
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL NO PERÍODO	-	6.630	6.630	-	3.515	3.515
Bônus	-	6.630	6.630	-	2.853	2.853
Outros	-	-	-	-	662	662
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	478	478
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO POR ÓRGÃO	906	13.747	14.653	892	10.019	10.911

Remuneração média do Conselho de Administração e da Diretoria relativa ao período de nove meses de 2014 e 2013:

	Acumulado 9 meses			
	2014		2013	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
NÚMERO DE MEMBROS ^(a)	18,00	8,00	18,78	8,00
Valor da maior remuneração individual ^(b)	84	2.867	81	1.804
Valor da menor remuneração individual ^(b)	42	1.341	40	825
Valor médio da remuneração individual ^(b)	50	1.718	47	1.252

^(a) Número de membros calculado através da média ponderada do período.

^(b) Inclui encargos da Previdência Social e FGTS

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2014, o capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A. está representado por 203.934.060.011 ações ordinárias escriturais sem valor nominal (203.934.060.011 em 31 de dezembro de 2013), sendo o seu capital social de R\$2.082.365 (R\$2.082.365 em 31 de dezembro de 2013), conforme a seguir:

ACIONISTAS	30.09.2014		31.12.2013	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
GRUPO CONTROLADOR	203.934.060.011	100	203.934.060.011	100
Light S.A	203.934.060.011	100	203.934.060.011	100
TOTAL	203.934.060.011	100	203.934.060.011	100

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 203.946.412.726 ações ordinárias, destinado exclusivamente a atender ao exercício dos bônus de subscrição emitidos, observando estritamente as condições previstas nos bônus de subscrição (Estatuto Social art. 5º parágrafo 3).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2014, foram aprovados dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$201.005, a serem pagos até 31 de dezembro de 2014. Em 01 de julho de 2014, foi pago o montante de R\$5.000 e no dia 26 de agosto de 2014, o montante de R\$10.000.

24. RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2014	2013	2014	2013
NUMERADOR				
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(59.169)	270.492	(17.925)	301.415
DENOMINADOR				
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.934.060.011	203.934.060.011	203.934.060.011	203.934.060.011
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ORDINÁRIA EM REAIS	(0,00029)	0,00133	(0,00009)	0,00148

Nos períodos de 2014 e 2013 não existiam diferenças entre o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

25. RECEITA LÍQUIDA

	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2014	2013 Reapresentado	2014	2013 Reapresentado
Fornecimento/Suprimento (nota 26)	1.970.514	1.894.152	6.735.940	6.093.341
Arrendamentos, aluguéis e outras	11.146	11.714	37.969	36.092
Receita de Uso da Rede	131.967	154.509	414.856	522.595
Receita de Construção	256.558	122.392	634.385	455.241
Renda de Prestação de Serviço	4.048	9.228	15.307	24.558
Subvenção CDE	19.113	21.159	57.339	56.424
Serviço taxado	1.060	992	2.914	3.079
RECEITA BRUTA	2.394.406	2.214.146	7.898.710	7.191.330
ICMS	(487.213)	(473.073)	(1.745.598)	(1.618.541)
PIS / COFINS	(196.445)	(190.549)	(668.217)	(627.896)
Outros	(725)	(910)	(2.472)	(2.666)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(684.383)	(664.532)	(2.416.287)	(2.249.103)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	(890)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(30.504)	(17.727)	(82.993)	(53.181)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(1.327)	(1.323)	(4.442)	(4.245)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(2.653)	(2.647)	(8.882)	(8.490)
Eficiência Energética - PEE	(6.634)	(6.558)	(22.368)	(20.997)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.653)	(2.647)	(8.882)	(8.490)
Obrigações Especiais	(43.746)	-	(157.255)	-
Outros encargos - Proinfa	(5.889)	(5.558)	(17.971)	(15.985)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(93.406)	(36.460)	(302.793)	(112.278)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(777.789)	(700.992)	(2.719.080)	(2.361.381)
RECEITA LÍQUIDA	1.616.617	1.513.154	5.179.630	4.829.949

A receita da Companhia possui certo grau de sazonalidade em função da variação da temperatura na sua área de concessão. Durante o verão, o faturamento aumenta em função da maior utilização de equipamentos de refrigeração.

As obrigações especiais referem-se a receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos cobrada dos consumidores, no montante de R\$37.125, e ao diferencial tarifário relativo ao tratamento especial das perdas não técnicas da área de concessão, no montante de R\$120.130, que, embora sejam faturados, não compõem a receita líquida da Companhia desde a última revisão tarifária ocorrida em novembro de 2013.

26. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	3º Trimestre					
	N ° de Contas faturadas ^{(a)(b)}		GWh ^(a)		R\$	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Residencial	3.835.097	3.744.331	1.867	1.818	642.715	611.567
Industrial	7.894	8.184	337	338	77.281	75.777
Comércio, serviços e outras	321.212	314.707	1.685	1.647	512.322	490.133
Rural	11.674	11.482	17	14	843	669
Poder público	11.737	11.493	363	363	111.371	116.282
Iluminação pública	751	729	168	176	26.687	26.667
Serviço público	1.491	1.435	293	292	57.284	57.002
Consumo próprio	449	456	26	37	-	-
FORNECIMENTO FATURADO	4.190.305	4.092.817	4.756	4.685	1.428.503	1.378.097
ICMS	-	-	-	-	487.212	473.073
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	14.381	6.513
TOTAL FORNECIMENTO	4.190.305	4.092.817	4.756	4.685	1.930.096	1.857.683
Energia de curto prazo	-	-	242	160	40.418	36.469
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	242	160	40.418	36.469
TOTAL GERAL	4.190.305	4.092.817	4.998	4.845	1.970.514	1.894.152

	Acumulado 9 meses					
	N ° de Contas faturadas ^{(a)(b)}		GWh ^(a)		R\$	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Residencial	3.835.097	3.744.331	6.747	6.212	2.369.935	2.149.062
Industrial	7.894	8.184	1.042	1.039	242.778	216.441
Comércio, serviços e outras	321.212	314.707	5.512	5.271	1.707.678	1.563.093
Rural	11.674	11.482	54	40	2.751	2.255
Poder público	11.737	11.493	1.217	1.187	376.434	378.082
Iluminação pública	751	729	516	517	84.028	79.950
Serviço público	1.491	1.435	879	862	175.055	170.699
Consumo próprio	449	456	81	80	-	-
Fornecimento faturado	4.190.305	4.092.817	16.048	15.208	4.958.659	4.559.582
ICMS	-	-	-	-	1.745.597	1.618.541
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(34.947)	(126.614)
TOTAL FORNECIMENTO	4.190.305	4.092.817	16.048	15.208	6.669.309	6.051.509
Energia de curto prazo	-	-	306	191	66.631	41.832
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	306	191	66.631	41.832
TOTAL GERAL	4.190.305	4.092.817	16.354	15.399	6.735.940	6.093.341

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas em setembro de 2014, com e sem consumo

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	Custos com energia		Custos de operação		Custos com energia		Custos de operação	
	2014	2013 Reapresentado	2014	2013	2014	2013 Reapresentado	2014	2013
Pessoal e Administradores	-	-	(37.925)	(41.557)	-	-	(129.313)	(129.127)
Material	-	-	(3.166)	(3.277)	-	-	(10.708)	(9.518)
Serviço de Terceiros	-	-	(43.676)	(42.335)	-	-	(127.144)	(128.209)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 28)	(984.377)	(551.875)	-	-	(3.294.972)	(2.613.080)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(80.719)	(75.971)	-	-	(232.235)	(221.187)
Custo de construção	-	-	(256.558)	(122.392)	-	-	(634.385)	(455.241)
Outras	-	-	(3.931)	(3.793)	-	-	(13.233)	(13.590)
TOTAL	(984.377)	(551.875)	(425.975)	(289.325)	(3.294.972)	(2.613.080)	(1.147.018)	(956.872)

DESPESAS OPERACIONAIS	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal e Administradores	(3.976)	(4.357)	(17.983)	(19.705)	(13.558)	(13.539)	(61.318)	(61.229)
Material	(252)	(261)	(444)	(460)	(853)	(758)	(1.502)	(1.336)
Serviço de Terceiros	(22.334)	(21.649)	(34.279)	(33.225)	(65.017)	(65.562)	(99.788)	(100.623)
Depreciação e amortização	(302)	(284)	(10.394)	(9.782)	(868)	(827)	(29.904)	(28.481)
Provisão p/ Crédito de Liq. Duvidosa	(29.840)	(37.117)	-	-	(91.211)	(114.563)	-	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais / êxito/ depósitos judiciais	-	-	(20.266)	(3.899)	-	-	(38.299)	(38.278)
Outras	(231)	(223)	(16.815)	(16.224)	(777)	(798)	(56.606)	(58.133)
TOTAL	(56.935)	(63.891)	(100.181)	(83.295)	(172.284)	(196.047)	(287.417)	(288.080)

OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS)	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2014	2013	2014	2013
Outras receitas operacionais	-	2.286	-	3.305
Outras despesas operacionais	(3.419)	(4.190)	(16.696)	(18.145)
TOTAL	(3.419)	(1.904)	(16.696)	(14.840)

28. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	3º Trimestre				Acumulado 9 meses			
	GWh ^(a)		R\$		GWh ^(a)		R\$	
	2014	2013	2014	2013 Reapresentado	2014	2013	2014	2013 Reapresentado
Encargos de conexão	-	-	38	(3.871)	-	-	(8.020)	(10.492)
Energia de Curto Prazo (Spot)	55	126	(71.513)	8.817	2.286	928	(1.588.427)	(334.177)
Encargos Uso da Rede	-	-	(90.895)	(52.200)	-	-	(207.551)	(147.307)
UTE Norte Fluminense	1.601	1.601	(283.357)	(272.920)	4.751	4.751	(840.970)	(809.956)
Itaipu - Binacional	1.325	1.356	(184.793)	(172.295)	3.918	3.987	(516.050)	(482.197)
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	(5.265)	(4.421)	-	-	(13.953)	(12.931)
O.N.S.	-	-	(4.737)	(4.130)	-	-	(13.625)	(14.207)
PROINFA	134	134	(33.402)	(31.087)	374	376	(99.899)	(93.953)
ESS	-	-	(25.903)	21.478	-	-	(72.137)	(278.909)
Outros contratos e Leilão de Energia	3.807	3.620	(555.855)	(376.895)	11.907	11.713	(1.773.743)	(1.421.936)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	105.574	58.198	-	-	296.599	246.095
Aporte CDE ^(b)								
Risco Hidrológico	-	-	87.946	2.028	-	-	36.818	131.864
Exposição involuntária	-	-	33.332	-	-	-	1.254.792	160.422
Disponibilidade (Térmicas)	-	-	49.501	-	-	-	269.086	-
CONER (Energia de Reserva)	-	-	-	-	-	-	(12.844)	-
ESS	-	-	-	(24.702)	-	-	-	168.946
Custos com compra de energia	-	-	-	303.416	-	-	-	303.416
Energia de Reserva	-	-	(5.048)	(3.291)	-	-	(5.048)	(17.758)
TOTAL	6.922	6.837	(984.377)	(551.875)	23.236	21.756	(3.294.972)	(2.613.080)

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

^(b) Vide nota explicativa 09

29. RESULTADO FINANCEIRO

	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2014	2013	2014	2013
RECEITA				
Acréscimo moratório s/ contas de energia e parcelamento de débitos	17.045	15.445	58.408	60.643
Rendimento sobre aplicações financeiras	31.311	37.735	68.062	50.788
Operações de swap	56.074	-	-	36.652
Receita de contratos de mútuo	3.445	3.656	6.751	8.773
Atualização de Depósitos Judiciais	3.990	2.932	9.422	7.971
Atualização a VNR	(12.803)	14.610	32.004	27.703
Outras receitas financeiras ^(a)	3.208	2.223	27.071	15.396
TOTAL DA RECEITA FINANCEIRA	102.270	76.601	201.718	207.926
DESPESA				
Atualização de provisão para contingências	(611)	(2.045)	(15.718)	(27.313)
Despesas com passivos tributários	1.263	(3.199)	(6.925)	(10.846)
Encargos de dívida	(134.948)	(121.100)	(351.410)	(327.133)
Variação cambial e monetária	(86.956)	(15.511)	(49.197)	(64.636)
Operações de swap	-	(5.338)	(21.722)	-
AVP de contas a receber	(332)	(5.934)	3.069	(4.996)
Multas por descontinuidade de energia	(2.670)	(7.374)	(28.920)	(44.951)
Outras despesas financeiras ^(a)	(13.400)	(16.752)	(20.386)	(23.374)
TOTAL DA DESPESA FINANCEIRA	(237.654)	(177.253)	(491.209)	(503.249)
RESULTADO FINANCEIRO	(135.384)	(100.652)	(289.491)	(295.323)

^(a) Referente a outras receitas e outras despesas de naturezas diversas

30. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de renda e contribuição social (LAIR)	(89.654)	422.212	(28.248)	465.707
Alíquota nominal de Imposto de renda e contribuição social	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	30.482	(143.552)	9.604	(158.340)
Incentivos Fiscais	-	(46)	-	264
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	3	(8.122)	719	(6.216)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	30.485	(151.720)	10.323	(164.292)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	8.396	2.168	4.164	(11.310)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	22.089	(153.888)	6.159	(152.982)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	34,0%	35,9%	36,5%	35,3%

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	30.09.2014		31.12.2013	
	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	175.562	175.562	375.198	375.198
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	792.329	792.329	1.229.034	1.229.034
Concessionárias e permissonárias (nota 5)	1.208.646	1.208.646	1.222.003	1.222.003
Serviços prestados a receber	27.788	27.788	48.257	48.257
Swaps	140.468	140.468	119.401	119.401
Ativo financeiro de concessões (nota 8)	2.214.935	2.214.935	1.926.226	1.926.226
Outros créditos (nota 9)	486.221	486.221	309.582	309.582
TOTAL	5.045.949	5.045.949	5.229.701	5.229.701
PASSIVO				
Fornecedores (nota 13)	918.996	918.996	862.337	862.337
Empréstimos e Financiamentos (nota 15)	2.324.938	2.580.613	2.156.125	2.157.229
Debêntures (nota 16)	3.643.753	3.839.138	2.755.073	2.785.732
Dividendos e JCP a pagar (nota 23)	186.005	186.005	-	-
Swaps	6.951	6.951	-	-
Outros débitos (nota 21)	241.206	241.206	232.237	232.237
TOTAL	7.321.849	7.772.909	6.005.772	6.037.535

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014, estão identificadas a seguir:

- Equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários são classificadas como “empréstimos e recebíveis”.

- Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários são classificadas como “mantidas para negociação”, mensuradas a valor justo por meio de resultado.

- Consumidores, concessionárias e permissonárias (clientes)

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, mensurados ao custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

- Ativo financeiro de concessões

São classificados como “disponíveis para venda”, mensurados pelo seu valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os juros são calculados pelo método da taxa efetiva de juros e reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado financeiro, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Estes saldos estão classificados como outros passivos financeiros e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São mensurados pelo “método do custo amortizado”. O valor justo foi calculado utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos. O valor justo para o financiamento do BNDES é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “outros passivos financeiros”.

- Outros ativos e passivos

Outros créditos e outros débitos, classificados como “empréstimos e recebíveis” e “outros passivos”, são mensurados a custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço ou sujeitos a provisão para perdas, quando aplicável.

- Swaps

São mensurados pelo valor justo. A determinação do valor justo foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis e a metodologia usual de precificação: para a ponta ativa (em dólares norte-americanos) a avaliação do valor nominal (nocial) até a data de vencimento e descontado a valor presente às taxas de cupom limpo, publicadas nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Instrumentos Financeiros por categoria:

	30.09.2014			31.12.2013		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Disponível para venda
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	175.562	-	-	375.198	-	-
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	-	792.329	-	-	1.229.034	-
Concessionárias e permissonárias (nota 5)	1.208.646	-	-	1.222.003	-	-
Serviços prestados a receber	27.788	-	-	48.257	-	-
Swaps	-	140.468	-	-	119.401	-
Ativo financeiro de concessões (nota 8)	-	-	2.214.935	-	-	1.926.226
Outros créditos (nota 9)	486.221	-	-	309.582	-	-
TOTAL	1.898.217	932.797	2.214.935	1.955.040	1.348.435	1.926.226

	30.09.2014		31.12.2013	
	Outros passivos	Valor justo através do resultado	Outros passivos	Valor justo através do resultado
PASSIVO				
Fornecedores (nota 13)	918.996	-	862.337	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 15)	2.324.938	-	2.156.125	-
Debêntures (nota 16)	3.643.753	-	2.755.073	-
Dividendos e JCP a pagar (nota 23)	186.005	-	-	-
Swaps	-	6.951	-	-
Outros débitos (nota 21)	241.206	-	232.237	-
TOTAL	7.314.898	6.951	6.005.772	-

b) Política para utilização de derivativos

A Companhia possui uma política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração que determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrendimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro anterior que a Companhia utiliza o *swap* cambial sem caixa

(US\$ versus CDI), cujo Valor Nominal Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses.

c) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

d) Risco de Mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Composição da dívida (não inclui encargos financeiros):

	30.09.2014		31.12.2013	
	R\$	%	R\$	%
USD	790.232	13,75	538.533	11,10
EUR	108.232	1,88	113.701	2,34
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	898.464	15,63	652.234	13,44
CDI	3.308.849	57,55	2.644.250	54,43
IPCA	610.362	10,62	610.137	12,55
TJLP	711.163	12,37	876.851	18,04
Outros	220.357	3,83	75.287	1,54
TOTAL - MOEDA NACIONAL	4.850.731	84,37	4.206.525	86,56
TOTAL	5.749.195	100,00	4.858.759	100,0

Em 30 de setembro de 2014, de acordo com o quadro acima, o montante de dívida denominada em moeda estrangeira é de R\$898.464, ou 15,63% do principal da dívida (R\$652.234, equivalente a 13,44% em 31 de dezembro de 2013).

Para o montante de serviço da dívida em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, cujo valor *nominal* em 30 de setembro de 2014 era de US\$314.200 (US\$217.175 em 31 de dezembro de 2013) e de €34.969 (€34.969 em 31 de dezembro de 2013), de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial passa a 0,35% do total da dívida (1,46% em 31 de dezembro de 2013).

A seguir, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio da Companhia:

- Risco de taxa de câmbio

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos é denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses além do *swap* de taxas anteriormente mencionado. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131, junto ao Merrill Lynch, BNP, Citibank e Bank Tokyo-Mitsubishi, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

As operações de derivativos, compreendendo os *swaps* de moedas e juros, estes últimos demonstrados mais abaixo no relatório, apresentaram uma perda de R\$21.722 no período de nove meses de 2014 (ganho de R\$36.652 no período de nove meses de 2013). O valor líquido das operações de *swap* vigentes em 30 de setembro de 2014, considerando o valor justo, é positivo em R\$133.517 (positivo em R\$119.401 em 31 de dezembro 2013), conforme demonstrado nos quadros a seguir de *swap* de moeda e taxas:

Instituição	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (US\$/EURO)	Valor Justo Set.2014 (R\$) Ativa	Valor Justo Set.2014 (R\$) Passiva	Valor Justo Set.2014 (R\$) Saldo
Banco de Tokyo	US\$	US\$+2,33%	100% CDI + 0,90%	11.03.2013	11.03.2016	60.000	29.662	(529)	29.133
HSBC	US\$	US\$+1,67%	100% CDI	09.10.2012	10.10.2014	1.338	437	(270)	167
HSBC	US\$	US\$	83,29% CDI	20.09.2013	10.04.2015	1.431	192	(133)	59
HSBC	US\$	US\$	82,65% CDI	20.09.2013	09.10.2015	1.432	192	(133)	59
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2017	33.333	14.298	(515)	13.783
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.08.2017	33.333	14.509	(516)	13.993
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2018	33.333	14.747	(518)	14.229
Citibank	R\$	US\$+Libor+1,51%	100% CDI + 1,15%	25.02.2014	26.08.2018	100.000	7.002	(1.905)	5.097
Bank of America	US\$	Libor+2,5294%	100%CDI + 0,65%	10.11.2011	10.11.2016	50.000	34.082	(583)	33.499
BNP	Euro	Euro+4,6823%	100%CDI+1,30%	21.10.2011	21.10.2014	34.969	22.683	(1.849)	20.834
TOTAL						349.169	137.804	(6.951)	130.853

Instituição	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (US\$/EURO)	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Saldo
Banco de Tokyo	US\$	US\$+2,33%	100% CDI + 0,90%	11.03.2013	11.03.2016	60.000	22.917	-	22.917
Itaú	US\$	US\$+2,42%	100% CDI	11.04.2012	11.04.2014	2.715	978	-	978
HSBC	US\$	US\$+1,67%	100% CDI	09.10.2012	10.10.2014	1.338	214	-	214
HSBC	US\$	US\$	83,29% CDI	20.09.2013	10.04.2015	3.065	119	-	119
HSBC	US\$	US\$	82,65% CDI	20.09.2013	09.10.2015	58	105	-	105
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2017	33.333	10.339	-	10.339
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.08.2017	33.333	10.503	-	10.503
Citibank	US\$	US\$+Libor+1,66%	100% CDI + 1,00%	23.08.2012	23.02.2018	33.333	10.710	-	10.710
Bank of America	US\$	Libor+2,5294%	100%CDI + 0,65%	10.11.2011	10.11.2016	50.000	31.209	-	31.209
BNP	Euro	Euro+4,6823%	100%CDI+1,30%	21.10.2011	21.10.2014	34.969	29.958	-	29.958
TOTAL						252.144	117.052	-	117.052

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 30 de setembro de 2014. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 30 de setembro de 2015. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 30 de setembro de 2014. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade da Taxa de Câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: BM&FBOVESPA, BNDES, FOCUS e *Bloomberg*.

OPERAÇÃO	Risco	Dívida (US\$)	R\$		
			Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS			(27.085)	205.923	438.931
Tesouro Nacional	USD	(67.358)	(3.300)	38.798	80.897
Caução	USD	51.164	2.507	(29.471)	(61.448)
Merril Lynch	USD	(47.647)	(2.335)	27.445	57.224
Citibank Light SeSa	USD	(200.362)	(9.818)	115.409	240.636
BNP (EURO)	EURO	(35.588)	(11.196)	19.143	49.481
Banco de Tókyo	USD	(60.068)	(2.943)	34.599	72.141
ATIVOS FINANCEIROS			139	(1.631)	(3.400)
Tesouro nacional (Assunção de dívida - Light Energia)	USD	11.774	577	(6.782)	(14.141)
Caução (Assunção de dívida - Light Energia)	USD	(8.944)	(438)	5.151	10.741
DERIVATIVOS			29.015	(228.612)	(486.238)
Swaps (ponta ativa)	USD	363.661	17.819	(209.469)	(436.757)
Swaps (ponta ativa)	EURO	35.588	11.196	(19.143)	(49.481)
TOTAL			2.069	(24.320)	(50.707)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros				-25%	-50%
Cotação R\$/US\$ (fim do período)				2,5000	1,8750
Cotação R\$/EURO (Fim do período)				3,4100	2,5575

Diante do quadro acima, é possível identificar proteção parcial para a dívida em moeda estrangeira (apenas limita-se ao serviço da dívida a vencer em até 24 meses), uma vez que à medida que a cotação do R\$/US\$ cresce, a despesa financeira dos passivos aumenta, mas o ganho dos derivativos também compensa parcialmente esse impacto negativo e vice-versa.

- Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 30 de setembro de 2014, a operação de *swap* de taxa de juros associada ao vencimento de CCB Bradesco com o valor nominal de R\$150.000 (R\$150.000 em 31 de

dezembro de 2013), devidamente autorizada pela Administração, apresentou, considerando o valor justo, o montante de R\$2.664 (R\$2.349 em 31 de dezembro de 2013), conforme quadro abaixo:

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial Contratado (R\$)	Valor Justo Set.2014 (R\$) Ativa	Valor Justo Set.2014 (R\$) Passiva	Valor Justo Set.2014 (R\$) Saldo
HSBC	CDI+0,85%	101,9%CDI+(TJLP-6%)	18.10.2011	18.10.2017	150.000	2.664	-	2.664
TOTAL					150.000	2.664	-	2.664

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial Contratado (R\$)	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Ativa	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Passiva	Valor Justo Dez.2013 (R\$) Saldo
HSBC	CDI+0,85%	101,9%CDI+(TJLP-6%)	18.10.2011	18.10.2017	150.000	2.349	-	2.349
TOTAL					150.000	2.349	-	2.349

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 30 de setembro de 2015. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 30 de setembro de 2014. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: BM&F BOVESPA, BNDES, FOCUS e *Bloomberg*.

Operação	Risco	R\$		
		Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		5.590	33.490	61.390
Aplicações Financeiras	CDI	5.590	33.490	61.390
PASSIVOS FINANCEIROS		(17.345)	(143.097)	(268.032)
Debêntures 7ª Emissão	CDI	(3.453)	(23.099)	(42.746)
Debêntures 8ª Emissão	CDI	(2.467)	(16.505)	(30.544)
Debêntures 9ª Emissão (Série A)	CDI	(5.263)	(35.212)	(65.160)
Debêntures 9ª Emissão (Série B)	IPCA	1.452	(9.438)	(20.327)
Debêntures 10ª Emissão	CDI	(4.557)	(30.544)	(56.628)
CCB Bradesco	CDI	(1.677)	(11.219)	(20.761)
Banco do Brasil	CDI	(838)	(5.614)	(10.401)
BNDES - FINEM direto	TJLP	-	(1.040)	(1.986)
BNDES - FINEM +1	TJLP	-	(1.087)	(2.042)
BNDES Capex 11/12	TJLP	-	(7.562)	(14.466)
BNDES Olimpíadas - Sub A	TJLP	-	(187)	(358)
BNDES Olimpíadas - Sub B	TJLP	-	(196)	(368)
BNDES Olimpíadas - Sub C	SELIC	(120)	(448)	(776)
TN - Discount Bond	Libor 6M	15	(36)	(88)
Merril Lynch	Libor 3M	(87)	(178)	(269)
Citibank 1	Libor 3M	(175)	(366)	(556)
Citibank 2	Libor 3M	(175)	(366)	(556)
DERIVATIVOS		(4.783)	(33.880)	(62.980)
Swaps de moedas (ponta passiva)	CDI	(5.196)	(34.759)	(64.323)
Swaps de taxas (ponta ativa)	LIBOR 3M	438	909	1.381
Swaps de taxas (ponta ativa)	LIBOR 6M	(15)	36	88
Swap de taxas (ponta ativa)	CDI	785	5.254	9.722
Swap de taxas (ponta passiva)	TJLP/CDI	(795)	(5.320)	(9.848)
TOTAL		(16.538)	(143.487)	(269.622)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do período)		11,38%	14,23%	17,07%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do período)		11,38%	14,23%	17,07%
TJLP (% fim do período)		5,00%	6,25%	7,50%
IPCA (% fim do período)		6,30%	7,88%	9,45%
Selic (% média do período)		11,38%	14,23%	17,07%
Libor 3M (% fim do período)		0,33%	0,41%	0,50%
Libor 6M (% fim do período)		0,24%	0,29%	0,35%

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negatização de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto. O risco de crédito do contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia.

Apresentamos no item “a” desta nota, um quadro resumo dos instrumentos financeiros por categoria, cuja informação contempla o risco de crédito máximo da Companhia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos, conforme definidos abaixo, e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

A definição dos grupos para alocação dos recursos está descrita conforme abaixo, bem como o percentual de participação atual na carteira da Companhia:

- Grupo 1 – Bancos Federais; Patrimônio Líquido: Não se aplica; Rating Mínimo: Não se aplica. Percentual na carteira: 31,6%.
- Grupo 2 – Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido maior ou igual a R\$7 bilhões; Rating Mínimo: AA (S&P e Fitch) ou Aaa (Moody’s). Percentual na carteira: 62,2%.
- Grupo 3 – Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido entre R\$1 bilhão e R\$7 bilhões; Rating Mínimo: AA (S&P e Fitch) ou Aaa (Moody’s). Percentual na carteira: 4,1%.
- Grupo 4 – Instituições Financeiras com Patrimônio Líquido entre R\$500 milhões e R\$1 bilhão; Rating Mínimo: A (S&P e Fitch) ou A2 (Moody’s). Percentual na carteira: 2,1%.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas notas explicativas 15 e 16.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(425.105)	(935.819)	(4.262.497)	(2.174.167)	(7.797.588)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(120.488)	(24.764)	(341.061)	(104.286)	(590.599)
Fornecedores	(918.996)	-	-	-	(918.996)
Swap	13.897	(29.806)	97.412	-	81.503

e) Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	30.09.2014	31.12.2013
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	5.968.691	4.911.198
(-) Caixa e equivalentes de caixa	175.562	375.198
Dívida líquida (A)	5.793.129	4.536.000
Patrimônio líquido (B)	2.217.532	2.436.462
ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA - % (A÷(B+A))	72%	65%

f) Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

	Mensuração do Valor Justo			
	30.09.2014	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	792.329	-	792.329	-
Ativo financeiro de concessões (nota 8)	2.214.935	-	-	2.214.935
Swaps	140.468	-	140.468	-
TOTAL	3.147.732	-	932.797	2.214.935
PASSIVO				
Swaps	6.951	-	6.951	-
Total	6.951	-	6.951	-

	Mensuração do Valor Justo			
	31.12.2013	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Sem mercado ativo Nível 3
ATIVO				
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	1.229.034	-	1.229.034	-
Ativo financeiro de concessões (nota 8)	1.926.226	-	-	1.926.226
Swaps	119.401	-	119.401	-
TOTAL	3.274.661	-	1.348.435	1.926.226

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como disponível para venda, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os períodos e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do período estão evidenciados na nota explicativa 8, sendo que não houve nenhum efeito no patrimônio líquido.

32. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2014, o grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial – Compreensivo Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional – Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e conseqüentemente não foram revisadas pelos auditores independentes.

A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Bruto (considerando Custo de apólice + IOF)
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2014	10.08.2015	40.350	150
Responsabilidade Civil e Geral	31.10.2014	31.10.2015	20.000	770
Riscos Operacionais ⁽¹⁾	08.11.2014	31.10.2015	5.426.824	2.399

⁽¹⁾ Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$300.000 - Indenização

⁽¹⁾ Valor Total em Risco de R\$5.426.824

33. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Acumulado 9 meses	
	2014	2013
Encargos financeiros capitalizados (imobilizado e intangível)	23.567	16.049
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	68.956	33.365
Receita de construção	634.385	455.241

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Quitação do contrato de empréstimo da Companhia junto Banco BNP Paribas Brasil S/A

Em 21 de outubro de 2014, ocorreu a quitação integral do contrato de empréstimo junto ao Banco BNP Paribas Brasil S/A, com pagamento de R\$111.965.

- b) Reajuste tarifário da Companhia

Em 04 de novembro de 2014, foi aprovado pela Aneel o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado homologado representa um reajuste tarifário médio de 19,23% para o período iniciado em 07 de novembro de 2014, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 14,54%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) Financeiro, que vigorará nos próximos doze meses, de 8,64%, considerando a retirada do componente financeiro presente nas tarifas da Light vigentes até esta data, de 3,95%.

- c) Negociação da 7ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 11 de novembro de 2014, considerando a existência de recursos disponíveis no caixa, a Administração da Companhia publicou o edital de convocação para a Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 7ª emissão de debêntures da Companhia, com a proposta de pré-pagamento integral da dívida por meio da alteração do vencimento deste instrumento financeiro para o dia 12 de dezembro de 2014, anteriormente definido para o ano de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EFETIVOS

Sérgio Alair Barroso
Humberto Eustáquio César Mota
Raul Belens Jungmann Pinto
Maria Estela Kubitscheck Lopes
Djalma Bastos de Moraes
José Carlos Aleluia Costa
Fabiano Macanhan Fontes
Oscar Rodríguez Herrero
Carlos Alberto da Cruz

SUPLENTES

Luiz Fernando Rolla
César Vaz de Melo Fernandes
Fernando Henrique Schuffner Neto
Carmen Lúcia Claussen Kanter
Wilson Borrajo Cid
José Augusto Gomes Campos
Carlos Antonio Decezaro
Marcelo Pedreira de Oliveira
Magno dos Santos Filho

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor Presidente

João Batista Zolini Carneiro
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Andreia Ribeiro Junqueira e Souza
Diretora de Gente

Paulo Carvalho Filho
Diretor de Gestão Empresarial

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor de Desenvolvimento de Negócios (interinamente)

Ricardo Cesar Costa Rocha
Diretor de Distribuição

Fernando Antônio Fagundes Reis
Diretor Jurídico

Luiz Otávio Ziza Mota Valadares
Diretor de Comunicação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Roberto Caixeta Barroso
Superintendente de Controladoria
CPF 013.011.556-83
CRC-MG 078086/O-8

Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Contadora - Gerente de Contabilidade
CPF 094.894.347-52
CRC-RJ 103826/O-9

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Light Serviços de Eletricidade S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das reclassificações descritas na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes às demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e do fluxo de caixa para o período de nove meses findo naquela data, apresentadas para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a IAS 1 - *Presentation of Financial Statements*. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a Companhia contabilizou, como redução do custo de energia comprada para revenda, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto. Conforme descrito no parágrafo de ênfase “Reapresentação dos valores correspondentes”, a demonstração do valor adicionado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 está, também, sendo reapresentada.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Marcelo Salvador
Contador
CRC 1MG 089.422/O-0